



PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO IX - N.º 85 - SÃO PAULO, AGOSTO DE 1964 - REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191 - S/2

ABAIXO O TERROR POLICIAL!

A situação dos opositores encarcerados nas cadeias de Salazar deve ser, e será enquanto não for resolvida, um espinho na consciência de todos nós. A oposição no exterior tem incansavelmente denunciado as monstruosidades praticadas pelo salazarismo neste capítulo, desde as torturas e as prisões por longo tempo sem processo, até essa aberração jurídica que é a instituição conhecida pelo nome de "medidas de segurança", forma disfarçada de prisão perpétua e mesmo de condenação à morte, dado o precário estado de saúde de algumas pessoas por ela atingidas.

Graças a estas denúncias, a opinião pública mundial tem reagido por todas as formas ao seu alcance, desde o envio de uma simples carta ao preso político, que lhe prova que não está sozinho no fundo da sua cela, até às manifestações de intelectuais — escritores, professores, cientistas, jornalistas, juristas. Quando tomadas na ocasião própria, estas manifestações são de extraordinária eficiência, por mostrarem aos juizes portugueses que a cultura, pelo mundo fora, se impressiona com os atentados à dignidade humana cometidos nos tribunais portugueses. Algumas destas iniciativas conseguiram um êxito imediato: nos últimos meses a voz da opinião mundial evitou, por exemplo, que se aplicassem novas medidas de segurança a Manuel Rodrigues da Silva, o decano dos presos políticos portugueses, que passou 23 anos nas cadeias de Salazar — e conseguiu que a Polícia libertasse, embora contra pagamento de uma caução exorbitante (mais de um milhão e meio de cruzeiros!) a jovem Ivone Dias Lourenço, após sete anos de prisão.

Estamos agora em presença de mais dois desses atentados qualificados, que ferem a consciência de todas as pessoas de bem: o caso de Maria da Piedade Gomes dos Santos e as condições em que vivem os presos nas fortalezas de Peniche e de Caxias. Ao primeiro, referimo-nos largamente neste número de Portugal Democrático: uma senhora portuguesa, presa em fins de 1958, por acompanhar seu marido na oposição clandestina ao regime, foi condenada, ao fim de dois anos e 3 meses de prisão, a dois anos, pena que, logicamente, devia ser considerada como cumprida. Assim mesmo, não foi posta em liberdade na altura, devido às famigeradas medidas de segurança, de 3 anos, que então lhe foram aplicadas. Ora, estas medidas, já em si iníquas, terminaram a 19 de março do corrente ano. Seria de esperar, portanto, que terminaria a odisseia de Maria da Piedade. A Polícia Política, entretanto, "sugeriu" a aplicação de novas medidas, e o juiz Azevedo Soares, do Porto, atendeu "provisoriamente" a este pedido, o que significa que a presa, continuará, na cadeia, esperando que outro juiz, a 19 de setembro próximo, julgue se deve ou não continuar encarcerada! Este caso ultrapassa em arbitrariedade tudo quanto os tribunais portugueses têm inventado: a prorrogação "provisória" das medidas, foi concedida pelo juiz Azevedo Soares atendendo à argumentação da PIDE.

O segundo caso a que nos referimos, embora não possa ser configurado juridicamente de forma tão flagrante, representa um aspecto do sistema penal português igualmente grave, e para o qual devemos incessantemente chamar a atenção da opinião do mundo inteiro: trata-se das condições da vida quotidiana nas prisões políticas portuguesas. É preciso tornar internacionalmente conhecidos os nomes das sinistras fortalezas de Peniche e de Caxias, pois a dureza do regime prisional nestas cadeias torna-as semelhantes aos tristemente famosos campos de concentração: os espancamentos são aí frequentes, a má alimentação é de regra, os castigos são comuns e verificam-se a propósito de tudo e de nada (Maria da Piedade foi castigada por cantar o Hino Nacional na sua cela, no dia 5 de outubro, data festiva para todos os portugueses e feriado nacional), os presos são amiúde privados da visita de seus familiares... Tudo isto levou recentemente as famílias de alguns presos a realizarem, junto das muralhas da Fortaleza de Peniche manifestações de protesto, exigindo tratamento humano para os detidos. Em consequência destas manifestações, as mulheres de alguns presos foram também encarceradas e aguardam julgamento. Depois disso, alguns dos prisioneiros políticos mais destacados que se encontravam em Peniche — Pires Jorge, Eng.º Blaquê Teixeira, Otávio Pato, Guilherme da Costa Carvalho, Carlos Aboim Inglês, Dr. Alberto Vilaça, Américo de Sousa, Carlos Costa, José Magro, Dr. Orlando Ramos, Julio Martins e João Honrado — foram transferidos, em segredo, para Caxias, onde as condições de vida são, se possível, ainda piores.

Urge, pois, que a voz da opinião pública internacional, que nunca negou solidariedade aos anti-fascistas portugueses, cuja causa é a da liberdade e da dignidade humana, se faça ouvir mais uma vez, gritando: liberdade para Maria da Piedade Gomes dos Santos! Tratamento humano para todos os presos políticos portugueses!

PORTUGAL
DEMOCRATICO



Desenho de Isabelle de la Sabliere

O OBSCURANTISMO SALAZARISTA - (1)

OS QUADROS UNIVERSITARIOS

Uma das principais vítimas do obscurantismo salazarista tem sido a Universidade, e um dos principais meios de acção desse obscurantismo têm sido as "limpezas" sucessivas a que ela tem sido submetida. As demissões isoladas sucederam-se as demissões colectivas e a destas sucedeu um apertado policiamento na admissão de Professores. A P.I.D.E. (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) passou a desempenhar papel mais do que importante, porque mesmo decisivo, na admissão ou não admissão de Professores nos quadros docentes das Universidades.

Em mais de trinta anos de regime salazarista a Universidade Portuguesa tem sofrido golpes só comparáveis aos sofridos pela Universidade Alemã nos tempos de Hitler, pela Universidade Italiana nos tempos de Mussolini, ou pela Universidade Espanhola no período de instauração do regime de Franco.

Uma simples lista dos quadros universitários expulsos pelo regime salazarista das Universidades Portuguesas constitui só por si um pesadíssimo processo contra tal regime. Muitos — a grande maioria — dos demitidos, ficaram em Portugal entregues a actividades privadas que lhes permitissem sobreviver. Assim se liquidaram — uns mais outros menos — quadros científicos e docentes, muitos deles excepcionais, e de que tanto o País precisou e precisa. Uma minoria, normalmente os menos sobrecarregados por encargos familiares, e mais dispostos a enfrentar as incertezas do exílio, saíram para o estrangeiro. E daí poder dizer-se, com uma ironia repassada de melancolia, que Portugal "exporta" quadros científicos.

Entre os Professores Universitários demitidos pelo regime de Salazar encontramos de todos os credos políticos e religiosos, não faltando mesmo no amplo naipe os monárquicos e os católicos. Mas se o regime salazarista não distinguia entre os credos políticos e religiosos, alguma coisa ele distinguiu, e bem: a competência científica e docente dos atingidos. Não sofre dúvidas para ninguém, nem para a própria minoria salazarista, que os demitidos parecem ter sido cuidadosamente escolhidos entre os melhores quadros científicos e docentes das já pobres Universidades Portuguesas. Para corroborarmos esta afirmação, vejamos, entre as dezenas de Professores expulsos, os exemplos que nos acodem ao espírito. Não temos o propósito de sermos exaustivos numa matéria em que neste momento o não podemos ser, por falta de elementos que nos deem uma relação completa. Também ressaltamos o facto de alguns dos Professores a seguir mencionados serem Professores-Assistentes à data da sua expulsão, o que facilitou a tarefa do Governo Salazarista, pois o Assistente é um contratado, e por isso o Governo não teve mais do que rescindir-lhe o contrato.

A lista mais numerosa é a dos matemáticos, todos das Universidades de Lisboa e do Porto. Lembramo-nos de cerca de uma quinzena de nomes: Emídio Guerreiro, era Professor-Assistente da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, está há longos anos exilado em França (Paris), onde é Professor de Matemática, depois de ter passado pela Resistência Francesa na última guerra como Capitão das F.F.I. (Forças Francesas do Interior); Neves Real, era Professor-Assistente da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto; Antonio Ricca Gonçalves, era Professor-Assistente das Faculdades de Ciências e de Engenharia da Universidade do Porto, depois encarregado de Estudos Especiais nos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto, membro do Conselho Superior de Electricidade, e actualmente diretor da firma belga ACEC (Charleroi) em São Paulo; Alfredo Pereira Gomes, era Professor-Assistente da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, é Doutor em Ciências Matemáticas pela Universidade do Porto, foi investigador do "Centre National de la Recherche Scientifique" em Paris, é Professor da Universidade do Recife (Brasil), estando actualmente como Professor-Associado na Universidade de Nancy (França); Ruy Luis Gomes, antigo candidato da Oposição Democrática Portuguesa à Presidência da República, era Professor Catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, foi Professor na

Universidade de Bahia Blanca (Argentina), e é actualmente Professor na Universidade do Recife (Brasil); Manuel Zaluat Nunes, era Professor Catedrático do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, foi investigador do "Centre National de la Recherche Scientifique" em Paris, e é actualmente Professor na Universidade do Recife (Brasil); José Morgado, era Professor-Assistente no Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, e é actualmente Professor na Universidade do Recife (Brasil); Bento de Jesus Caraça, era Professor Catedrático do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade de Lisboa; Remy Freire, era Professor-Assistente do Instituto de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade de Lisboa, é Doutor em Estatística pela Universidade de Lisboa, é Doutor em Estatística pela Universidade de Paris, foi investigador do "Centre National de la Recherche Scientifique" em Paris, e é actualmente funcionário superior da F.A.O. em Roma; Vergílio Barroso, era Professor-Assistente na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa; Antonio Brotas, era Professor-Assistente no Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa, é Doutor em Física Teórica pela Universidade de Paris, e é actualmente Professor na Universidade do Recife (Brasil); finalmente, Antonio Aniceto Monteiro e Hugo Baptista Ribeiro. O primeiro é Doutor em Ciências Matemáticas pela Universidade de Paris, e depois de ter sido Professor na Universidade de São Paulo e na Universidade Nacional do Rio de Janeiro, fixou-se na Argentina onde é Professor na Universidade de Bahia Blanca. O segundo, é Doutor em Ciências Matemáticas por uma Universidade da Suíça, e é actualmente Professor na Universidade de Los Angeles, na Califórnia (Estados Unidos da América do Norte). Nem Antonio Aniceto Monteiro, nem Hugo Baptista Ribeiro, depois de Doutoramentos em grandes centros matemáticos do estrangeiro, e com as mais altas classificações, depois de trabalhos de pesquisa de renome internacional, conseguiram ser admitidos nos quadros docentes das Universidades Portuguesas. A P.I.D.E. tinha passado a zelar com proficiência exemplar... o que não impede que se aos dois que acabamos de citar acrescentarmos alguns mais, entre eles Ruy Luis Gomes e Alfredo Pereira Gomes, estejamos perante nomes entre os maiores da história das matemáticas em Portugal. Toda uma escola de matemáticos foi assim aniquilada pelo obscurantismo salazarista. E é esta a razão porque é possível dizer-se hoje que a melhor escola de matemática formada por portugueses, não é a do Porto, nem a de Lisboa, nem a de Coimbra, mas sim a do Recife, aqui no Brasil, com Ruy Luis Gomes, Manuel Zaluat Nunes, Alfredo Pereira Gomes, José Morgado, e Antonio Brotas.

Também nas Faculdades de Ciências encontramos o caso de três físicos bem conhecidos, um deles discípulo de Marie Curie, e os dois outros de Joliot-Curie e Irène Joliot-Curie: Mario Silva, era Professor Catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, e é Doutor em Ciências Físicas pela Universidade de Paris; Marques da Silva, era Professor-Assistente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, e é Doutor em Ciências Físicas pela Universidade de Paris; Manuel Valadares, físico de renome internacional, talvez o maior físico nascido em Portugal, é o único estrangeiro a ter ascendido ao mais elevado escalão no "Centre National de la Recherche Scientifique": "Directeur de Recherches" no "Centre National de la Recherche Scientifique" em Paris, e Director do Laboratório do Iman-Permanente também em Paris. Manuel Valadares, físico de renome internacional, talvez o maior físico nascido em Portugal, é o único estrangeiro a ter ascendido ao mais elevado escalão no "Centre National de la Recherche Scientifique": "Directeur de Recherches" no "Centre National de la Recherche Scientifique" em Paris, e Director do Laboratório do Iman-Permanente.

Ainda nas Faculdades de Ciências, o sector das Ciências Biológicas foi gravemente atingido: Aurelio Quintanilha, era Professor Catedrático na Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, e é um botânico de renome internacional; Ziller Peres, era Professor Catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto; Flávio Rezende, era

Professor Catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, é Doutor em Ciências Biológicas pela Universidade de Berlim, e botânico de renome internacional, tendo sido mais tarde reintegrado no seu lugar, mercê de uma medida de clemência... do Governo Salazarista em relação a alguns dos demitidos na lista de 1947; José Antonio Lima de Faria, era Professor-Assistente na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, e é hoje Professor na Universidade de Estocolmo, na Suécia, sendo também um botânico de renome internacional.

No que diz respeito às Faculdades de Direito, lembro-me, entre outros, da prestigiosa figura de Barbosa de Magalhães que era Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Entre os economistas, lembro os dois grandes especialistas de Economia Agrária: Mario de Azevedo Gomes e Henrique de Barros, que eram ambos Professores Catedráticos do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa.

Nas Faculdades de Letras, lembro o caso do grande filólogo e historiador da literatura, de renome internacional, Manuel Rodrigues Lapa, que era Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e até há pouco Professor no Brasil, na Universidade de Belo Horizonte; Vasco de Magalhães Vilhena, era Professor-Assistente na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, é Doutor em Letras pela Universidade de Paris, e é actualmente investigador do "Centre National de la Recherche Scientifique" e especialista de renome internacional da História da Filosofia Grega; André Crabée Rocha (esposa do escritor Miguel Torga), era Professora contratada da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e é Doutora em Filologia Românica pela Universidade de Lisboa; Antonio José Saraiva, era Professor-Assistente na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, é Doutor em Filologia Românica pela Universidade de Lisboa, e é actualmente investigador do "Centre National de la Recherche Scientifique" em Paris, historiador e ensaísta de renome internacional da Literatura e da Cultura Portuguesas; Vitorino de Magalhães Godinho, o maior historiador português contemporâneo, depois da morte de Jaime Cortesão, Duarte Leite, Veiga Simões, era Professor Catedrático do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, depois de ter sido há anos Professor Contratado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, é Doutor em Letras pela Universidade de Paris, Diplomado pela Escola de Altos Estudos da Universidade de Paris, e foi investigador do "Centre National de la Recherche Scientifique" em Paris.

Finalmente, as Faculdades de Medicina. Entre outros nomes, lembramos: Abel Salazar, era Professor Catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, e foi um histologista de renome internacional; Dias Amado, era Professor-Assistente da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, e está neste momento preso por motivos políticos há vários meses; Fernando Fonseca, era Professor Catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa; Pulido Vaelnte, era Professor Catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Os dois últimos são os clínicos mais reputados do corpo médico português.

A esta lista, certamente que muito incompleta, dos Professores Universitários demitidos pelo regime salazarista, teríamos ainda a acrescentar outra, e essa muito mais longa: a dos que nunca chegaram a ser admitidos no corpo científico e docente das Universidades Portuguesas. Lembro entre muitos outros, e ao acaso de uma memória certamente pouco fiel, os nomes de Fidelino de Figueiredo, grande figura da história contemporânea da cultura Portuguesa, e que fez quase toda a sua carreira de Professor e Investigador na Universidade de São Paulo; Agostinho da Silva, actualmente Professor na Universidade de Brasília; Casaes Monteiro, Professor na Faculdade de Filosofia de Araraquara, no Estado de São Paulo; Eduardo Lourenço de Faria, leitor de Português, subsidiado apenas pelo Governo Francês, na Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de Grenoble; Vitor Ramos, Professor de Língua e Literatura Francesa na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Uni-

Por Joaquim Barradas de Carvalho

versidade de São Paulo. Porque não têm acesso ao ensino universitário em Portugal, investigadores com largas provas dadas de capacidade excepcional, como João Gaspar Simões, Mário Dionísio, Oscar Lopes, Joel Serrão, Rui Grácio, José Augusto França, Doutor em História pela Universidade de Paris, Vitor de Sá, e outros mais, alguns dos quais Professores no ensino secundário? Será que não são considerados perigosos no Liceu, podendo vir a sê-lo na Universidade? A P.I.D.E. lá sabe como é, mercê dos seus requintados métodos de pesquisa... Porque não são convidados para as Universidades Portuguesas, cientistas do valor de uma Maria Valadares, investigadora em ciências biológicas do "Centre National de la Recherche Scientifique" de Paris; Maria Helena Andrade e Silva, investigadora em ciências físicas também do "Centre National de la Recherche Scientifique" de Paris; João Andrade e Silva, talvez o maior físico teórico nascido em Portugal, investigador do "Centre National de la Recherche Scientifique" de Paris, Doutor em Ciências Físicas pela Universidade de Paris, e hoje um dos principais, senão o principal pesquisador da equipe de Louis de Broglie, Prémio Nobel da Física? Finalmente, ocorre-nos perguntar: porque nunca fizeram parte do corpo docente das Universidades Portuguesas alguns dos maiores criadores de ciência da vida contemporânea portuguesa? Porque não tiveram o seu lugar na Universidade — o primeiríssimo — homens como Jaime Cortesão, Armando Cortesão, Antonio Sergio, e alguns outros mais, entre os quais, para falar dos mais novos, lembramos Jorge de Sena, actualmente Professor na Faculdade de Filosofia de Araraquara, no Estado de São Paulo? Poderão responder-me que Jaime Cortesão era médico, Armando Cortesão era Engenheiro, suponha que Agrônomo, Antonio Sergio era Oficial de Marinha, e que Jorge de Sena é Engenheiro. Resposta afinal que não colhe em nenhum País onde a Universidade e a Ciência sejam respeitadas. Em nenhum País este ostracismo seria possível. Enfim, na austeridade, "apagada e vil tristeza" que é o ambiente da vida científica e Universitária no Portugal de hoje, houve um homem eminente que muito bem soube definir o estado de espírito do homem de ciência que sobrevive nesse ambiente. Esse homem foi Egas Moniz, Professor Catedrático de Neurologia na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, e Prémio Nobel da Medicina, quando um dia escreveu: "sinto-me exilado no meu próprio País".

Mausoleu a Jaime Cortesão

Por iniciativa de um grupo de admiradores de Jaime Cortesão, e no intuito de lhe homenagear a memória, vai ser erguido no cemitério dos Prazeres, em Lisboa, um mausoléu para onde serão oportunamente trasladados os restos mortais do grande democrata e historiador. A comissão de amigos que procede à recolha de donativos luta, entretanto, com dificuldades para reunir a verba indispensável, esperando-se que os numerosos amigos e admiradores que Jaime Cortesão contava no Brasil colaborem na iniciativa. Todos os donativos devem ser remetidos à tesoureira da comissão, dra. Matilde Rosa Araujo, Rua da Escola Politécnica, 20, 1.º Esquerdo, Lisboa 2.

Aos Leitores

Para facilitar o funcionamento dos nossos serviços administrativos pedimos aos nossos leitores a favor de enviarem toda a correspondência directamente para a nossa sede, à R. Conselheiro Furtado, 191, sala 2, cessando as remessas para a Caixa Postal que mantinhamos.



Prof. Bento de Jesus Caraça

Prepotência Fascista

O conhecido jornalista dinamarquês Halldór Sigurdsson — autor de uma série de reportagens sobre Portugal, publicadas na imprensa escandinava, no México e no Brasil — acaba de ser proibido pela PIDE de entrar no nosso país. A medida discriminatória atingiu-o quando, de automóvel, se dirigia a Lisboa pela fronteira do Caia. Em consequência da atitude das autoridades fascistas portuguesas, Sigurdsson enviou ao importante diário "Politiken" a seguinte correspondência:

Ontem, ao chegar de automóvel à alfândega portuguesa na fronteira com a Espanha, junto a Badajoz na estrada Madrid-Lisboa, fui prevenido que não podia entrar em Portugal. Habitualmente nas alfândegas portuguesas ao longo da fronteira com a Espanha, todos os viajantes, quer naturais, quer estrangeiros, têm de esperar algum tempo até a sua identidade ser controlada e os passaportes verificados. Os próprios portugueses não podem deixar o País sem autorização especial da PIDE (Polícia Política).

No meu caso, mal tinha acabado as formalidades da alfândega quando um agente da PIDE apareceu subitamente no local, declarando: esse Senhor não pode entrar neste País. A minha entrada foi cancelada e fui intimado sumariamente a ir-me embora. Recusaram categoricamente deixar-me telefonar para Lisboa.

Dado que não me explicavam as razões de tal atitude, pus-me em contacto com a Embaixada Dinamarquesa em Lisboa que de resto já estava prevenida pelo Ministério dos Estrangeiros da minha chegada a Portugal.

A razão dada posteriormente pelas autoridades portuguesas de não me ser permitido entrar em Portugal parece consistir no facto de se ter considerado que os meus artigos sobre Portugal eram falsos. Infelizmente, até agora, Lisboa ainda não conseguiu provar a falsidade dos artigos publicados nos jornais POLITIKEN de Copenhague, DAGE6S NYHETER de Stockolmo, DAGBLADET de Oslo, UUSI SUOMI de Elsinckia, MORGUN-BLADID de Rejkjavik, DAILY HERALD de Londres, PANORAMAS do México, O ESTADO de São Paulo, no decurso do último ano. Apesar de minuciosamente documentados, esses relatos das condições sociais, económicas, e políticas do Portugal de hoje, foram sumariamente rejeitados pelo Departamento de Informação do Governo, como sendo pura ficção.

Durante muitos anos o regime de Salazar gabou-se que qualquer pessoa vinda do estrangeiro podia livremente entrar em Portugal e verificar com os seus próprios olhos que Portugal era de facto uma democracia nos moldes da melhor tradição cristã. No entanto, há algum tempo um correspondente da Radio Difusão Americana (N.B.C.) foi expulso. Numerosas publicações ocidentais bastante conhecidas (incluindo a revista americana "Time") são proibidas em Portugal. Dir-se-ia que a crescente deterioração em Portugal exige medidas de repressão, tendentes a coagir os jornalistas estrangeiros susceptíveis de não concordarem com o regime. Resta saber se tais medidas serão benéficas à causa do Dr. Salazar, e se reforçarão a sua posição bastante retrovertida no quadro da aliança das Democracias Ocidentais. A imprensa de Madrid, comentando ontem a conveniência de liberalizar o regime de Salazar, declara sem rodeios que "a estrutura política, social, e económica de Portugal tem de sofrer essa modificação no mais curto prazo possível".

É triste verificar que até a própria Espanha tem razão em recomendar moderação ao seu vizinho ibérico. Até agora, no entanto, têm falhado as repetidas tentativas do Generalíssimo Franco em persuadir o seu aliado a considerar a realidade à luz do século XX. A luz que guia o Dr. Salazar pertence (tal como o próprio Salazar incessantemente o proclama) à época medieval.

Novas e comentários

Ruy L. Gomes Cultura e Democracia

A notícia de que três autênticos representantes da cultura portuguesa fazem parte de um grupo de intelectuais que visitará o Brasil no corrente mês, por iniciativa da Fundação Gulbenkian, foi recebida com satisfação compreensível nos meios democráticos deste País. É tão raro que aos homens de real cultura e de verdadeira formação científica sejam facultados os meios e os documentos para se deslocarem ao Exterior que se justifica a surpresa jubilosa causada pela próxima chegada de intelectuais do porte de Joel Serrão, Oscar Lopes e Gaspar Simões. A regra, em matéria de visitantes em missão cultural, é, todos o sabemos, o baixíssimo nível moral, intelectual e científico dos simuladores da cultura que Salazar para aqui manda. A atual excepção não faz senão confirmá-la.

Felizmente que o Brasil não afere os intelectuais pelas nulidades do aquário salazarista que o fascismo insiste em apresentar de quando em quando neste País como representantes do pensamento e da ciência portugueses. O Brasil prefere de Portugal, por mais real e digna, a imagem que dele oferecem os professores, jornalistas, escritores e cientistas democráticos que o terror salazarista forçou a acolherem-se à sua hospitalidade. Seja-nos permitido apontar como símbolo dos inestimáveis serviços que Portugal deve aos autênticos intelectuais emigrados, um homem querido e admirado por milhões de portugueses: o prof. Ruy Luís Gomes. Figura de uma grande moral excepcional, jamais dele se ouviu uma lamentação sobre as consequências que lhe advieram da sua permanente e corajosa opção antifascista. E sempre encontrou tempo e disposição para conciliar as suas atividades de mestre e cientista de projecção mundial, ao sabor das vicissitudes de um exílio que o levou a lecionar já em vários países, com as tarefas de líder político investido das mais altas responsabilidades pela confiança que nele deposita o povo de Portugal.

Ex-candidato à Presidência da República, o prof. Ruy Luís Gomes é hoje, por força de uma representatividade popular que ninguém contesta, um dos membros permanentes da Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional. É com orgulho que os democratas portugueses do Brasil e de todo o mundo vêm nele uma expressão lídima de cultura e um defensor intransigente da liberdade e da dignidade humanas. Foi por amor delas, que passou anos nas masmorras da PIDE quando a sua voz, antes de qualquer outra, se ergueu para sustentar o direito do povo de Goa à autodeterminação.

A. B. F.

Frente Interna Frente Externa

O próprio fascismo português, pelas emigrações política e económica que provocou e pelo isolamento internacional em que se encontra, criou as condições necessárias para a abertura e o trabalho da frente anti-fascista no exterior.

verificam, no entanto, entre as condições da luta contra o fascismo desenvolvida na nossa Pátria e as da actividade anti-fascista levada a efeito no exterior. De uma maneira geral, pode dizer-se que esta última conta com o que falta à luta no interior: livre informação dos democratas e da opinião pública que os cerca e liberdade de reunião e de locomoção; mas falta-lhe, acima de tudo, o que o próprio fascismo não consegue tirar à luta interna: a possibilidade de controlo pelas forças populares, não obstante as dificuldades existentes, da acção dos dirigentes.

Estas diferenças tendem naturalmente a arrastar os anti-fascistas para desvios graves de comportamento político, tanto dentro como fóra do País.

Na frente interna, os anti-fascistas são levados, por um lado, a sobrevalorizar as vantagens de que gozam os emigrados, esperando deles,

por vezes, feitos que seriam autênticos milagres; por outro lado, subestimam as tarefas políticas, porventura mais modestas do que desejavam mas sem dúvida importantes, que os emigrados podem e devem executar.

Na frente externa, os emigrados sofrem a tendência para esquecer as dificuldades que acompanham a luta contra o fascismo no território pátrio, subestimando, desse modo, os resultados dessa luta e criando um país imaginário, que algumas vezes pouco ou nada tem a ver com o país real, em face do que, na ausência de controlo directo por parte da opinião pública anti-fascista, a acção no exterior é fácil e erradamente sobrevalorizada.

Estes perigos espreitam a Junta Revolucionária Portuguesa e o sector mais importante da actividade que lhe está reservada: o diplomático.

A principal condição para o bom desempenho das suas funções por parte da J.R.P. é a sua fiel representação do esquema das forças democráticas que conduzem a luta anti-fascista no interior do País. E as tarefas da J.R.P. têm de adaptar-se às necessidades reais, e não sonhadas, da luta contra o fascismo em Portugal. Isto não significa que a J.R.P. não possa e não deva, por vezes, antecipar-se às forças internas quanto a certas iniciativas; mas significa que, ao fazê-lo, terá de tomar em consideração não apenas os dados da luta anti-fascista no exterior como também, e principalmente, as necessidades da luta na frente interna.

É para isso que se reveste da máxima importância a reprodução pelos organismos políticos do exterior da composição de tipo interpartidário do movimento democrático interno. A este respeito, é de toda a vantagem a rápida deslocação para o exterior de uma personalidade católica progressista, a fim de participar em nome dessa corrente, nos organismos externos supremos.

Por outro lado, mal andarão aqueles que se esquivarem, na frente interna, das tarefas mais prementes do momento, tais como as referentes à unidade e à organização de quadros operacionais, com o propósito e a justificação de cometerem essas tarefas à J.R.P. ou a outros organismos no Exterior. O mesmo se passa quanto às grandes linhas de orientação do movimento democrático, mesmo em referência àquelas que só podem ser desenvolvidas no exterior, como é o caso da acção anti-colonialista. Se se compreende que a acção diplomática da Oposição, através da F.P.L.N., tem de ser franca e activamente anti-colonialista, não pode haver lugar, nas fileiras da Oposição interna, para um tímido neo-colonialismo, que oportunisticamente espere que o problema colonial seja resolvido pelo próprio fascismo salazarista, sob a pressão das potências ocidentais e da ala esquerda desse mesmo fascismo.

Qualquer tendência, por iniciativa própria ou por encomenda, para o substitutismo por parte da J.R.P. ou de outros organismos políticos externos conduzirá à destruição de todo o trabalho válido desses organismos, pois lhes retirará a necessária correspondência com o desenvolvimento da luta interna.

O correcto equilíbrio organizativo e o espírito unitário da J.R.P. e da Conferência da F.P.L.N. não tornam desnecessária a existência dessas mesmas características na organização interna. Dizer (ou pensar): unidade, basta no exterior, é não só prejudicial ao movimento unitário interno como também, afinal, reduzir à inoperância a unidade dos organismos externos, por falta de consonância com a realidade interna.

M. S.

A Voz da Liberdade

Todos os que viveram em Portugal durante a II Grande Guerra se recordam da ansiedade com que o povo português ouvia as emissões dos países aliados, que transmitiam a verdade sobre a luta mundial contra o nazi-fascismo, permitindo superar a onda de notícias deformadas pela censura salazarista. Depois, acabada a guerra, houve um vácuo nesse tipo de informação e só recentemente, graças aos programas da emissora Portugal Livre os ouvintes do nosso país dispuseram novamente de uma baixa de onda que lhes permite saber aquilo que os jornais portugueses escondem. Animada pelo êxito

desta iniciativa, a Frente Patriótica de Libertação Nacional instalou, no Norte de África, um sistema radiofónico, a Voz da Liberdade. Esta foi, logo de início, uma iniciativa triunfante: de todos os pontos do país nos chegavam notícias de que, duas vezes por semana, pouco depois da meia-noite, no recesso dos lares, lá onde os ouvidos da PIDE não chegam, os portugueses se inclinavam para os seus receptores, recebendo notícias sobre a luta nas frentes interna e externa, directrizes de acção, mensagens de esperança, enfim, tudo aquilo que contribui para criar o clima insurreccional que derrubará o salazarismo. Foi tal o êxito obtido por este programa que a F.P.L.N. acaba de alargar as suas atividades: a partir deste mês, a verdade chegará aos rádios portugueses em cinco comprimentos de onda: três de onda curta — 25, 31 e 49 metros — e dois de onda média — 230 e 320 metros — sempre aos sábados e quartas-feiras, à meia noite e um quarto (hora de Portugal). Trata-se de mais um instrumento, e de grande importância, na luta anti-salazarista. A Oposição dispõe agora de um excelente meio de propaganda e de informação, com excepcionais capacidades de penetração entre a população portuguesa e que pode ser decisivo, nas horas de combate que se aproximam.

V. R.

APELO DA F.P.L.N. AO POVO PORTUGUÊS

Completamente restabelecido, o general Humberto Delgado assumiu já em Argel a presidência da Junta Revolucionária Portuguesa, órgão executivo da F.P.L.N. Para assinalar devidamente esse facto, a Frente Patriótica de Libertação Nacional dirigiu em fins de junho ao povo português o apelo que abaixo reproduzimos:

A CONFERÊNCIA DA FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL quando solicitada ao General HUMBERTO DELGADO que assumisse a presidência da JUNTA REVOLUCIONÁRIA PORTUGUESA quis corresponder ao voto do POVO PORTUGUÊS. Candidato da oposição democrática única nas eleições presidenciais de 1958, o General HUMBERTO DELGADO, pelos votos que lhe foram reconhecidos e pelos votos investido de uma singular representatividade.

Em seis anos de exílio e de luta, o General HUMBERTO DELGADO tem sabido merecer a confiança do Povo Português. A sua adesão às Resoluções da "Primeira Conferência da FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL", a sua participação nos trabalhos da "Segunda Conferência", o desassombro das suas declarações políticas, a clareza da sua posição anticolonialista, a sua inteira dedicação à luta contra o regime fascista de Salazar, dão ao General HUMBERTO DELGADO a possibilidade de desempenhar um papel muito importante na mobilização das forças democráticas e populares, na direcção do nosso combate antifascista e anticolonialista.

O Povo e os Democratas sabem que o General HUMBERTO DELGADO não é um dirigente político teórico, mas um militante que participa política e fisicamente no combate de libertação nacional.

O General HUMBERTO DELGADO assume a presidência da JUNTA REVOLUCIONÁRIA PORTUGUESA seis anos após as eleições-burla de junho de 1958. Vem ocupar o seu posto na direcção da FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL no proprio momento em que um tribunal fascista de Lisboa julga a sua acção na tentativa insurreccional de Beja.

De 1958 a 1964, o Povo e os Democratas portugueses tiraram a lição de uma longa experiencia de luta política. A "Segunda Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional" verificou que as consequências da politica fascista e colonialista do governo de Salazar se caracterizaram, no plano interno, pelas repercussões morais, politicas e economicas da guerra colonial, por um recrudescimento e generalização da violência repressiva e de terrorismo policial, pelo agravamento da crise economica com particular incidência na vida de vastos sectores da população, pelo crescente enfeudamento da economia nacional aos interesses estrangeiros, por concessões negociadas em contrapartida de investimentos e empréstimos que põem em perigo a propria independência nacional e que re-

Organização e Luta Unitária

Sob o titulo "Organização e Luta Unitária", o Boletim da Frente Patriótica de Libertação Nacional relativo ao mês de Junho publicou o importante editorial que abaixo transcrevemos, chamando para êle a atenção dos nossos leitores:

A Unidade das forças democráticas ganha nova projecção. Os anti-fascistas portugueses conduzem uma batalha comum nas fileiras da Frente Patriótica de Libertação Nacional, cuja influência e organização continuam a alargar-se no país a novos sectores sociais e profissionais e a novas regiões. Cresce o numero das Juntas de Acção Patriótica, e de outros organismos unitários de base que conduzem uma luta organizada contra o poder fascista.

A Frente Patriótica de Libertação Nacional interpreta as aspirações de Unidade do povo português e combate pelos objectivos politicos, economicos e sociais de amplos sectores da Nação, que desejam o triunfo da Democracia.

As várias correntes democráticas coligadas na F.P.L.N. consideram tarefa urgente e necessária por termo à ditadura fascista.

Os anti-fascistas portugueses dispõem-se a conquistar, com a participação activa do povo, a independência económica e política do país, a defender os interesses das classes trabalhadoras e das classes médias, a realizar uma reforma da estrutura agrária, a democratizar o ensino, a seguir uma politica externa de não alinhamento e de cooperação com todos os países, a reconhecer aos povos das colónias portuguesas o direito à auto-determinação e à independência.

Para a realização de um programa de tamanha amplitude torna-se necessário fortalecer a unidade, ampliar a rede de organizações unitárias de base, de âmbito local e regional, que organizem, estimulem e orientem as lutas do Povo Português.

Para destruir a máquina do estado fascista e instituir uma ordem democrática, a F.P.L.N. escolheu o caminho do levantamento popular armado: a aliança na luta anti-fascista do povo em armas e dos militares patriotas.

"Para preparar no mais curto prazo as condições insurreccionais — afirmam as resoluções da II Conferência das forças anti-fascistas — é necessário impulsionar as lutas populares contra a politica fascista e em defesa dos interesses vitais imediatos da população portuguesa".

A F.P.L.N., não alimentando quaisquer ilusões legalistas, considera igualmente útil, para o desenvolvimento da sua acção, o aproveitamento das possibilidades legais e semi-legais de luta e a realização de acções de tipo especial, que tenham um papel positivo no desenvolvimento da luta popular ou possam debilitar a máquina de guerra do fascismo salazarista.

A realização da II Conferência da F.P.L.N. criou novas condições de luta. Reforçou a Unidade e fortaleceu o poder combativo do povo.

As últimas lutas populares e dos estudantes, as greves e acções de protesto da classe operária e da juventude, que tiveram lugar recentemente, a manifestação sangrenta do dia 1.º de Maio em Lisboa e as manifestações realizadas noutros pontos do país marcam o avanço, no ano que corre, das lutas populares contra o fascismo.

Mas o derrubamento do fascismo e a conquista da Democracia é uma tarefa árdua e plena de sacrificios. Os combates mais difíceis não se iniciaram ainda. A nossa luta e a nossa unidade apreciarão o dia em que serão travados.

Não basta desejar a unidade. É necessário trabalhar para ela com tenacidade, para que seja uma força impulsionadora da acção popular e desta receba o estímulo revolucionário que garantirá a vitória sobre o fascismo.

PORTUGAL DEMOCRATICO

Continuam a chegar até nós as contribuições dos democratas portugueses que responderam ao nosso apelo motivado pelas dificuldades financeiras que estamos atravessando.

E-nos grato registrar o carinho dos leitores pelo nosso jornal tão calorosamente manifestado não só através dos donativos que nos são enviados, mas ainda das palavras de incentivo que acompanham esses auxilios.

Confiamos em que outros patriotas portugueses compreendam as nossas prementes necessidades e nos ajudem a manter a regularidade do jornal.

OUÇA A RÁDIO PORTUGAL LIVRE

Diariamente das
20 às 20,30
e das
22,15 às 22,45 (hora de Portugal)
na banda de 32 metros
e das
0,30 às 0,50
nas bandas de 36, 40
e 43 metros
Uma Emissora ao
Serviço do Povo
Português

A resistência nacional ao fascismo tem sido persistente e heroica. É preciso passar dum heroica resistência a um heroico combate libertador.

Portugueses!

Caminhemos em fileiras cerradas, numa cooperação leal, conscientes que a unidade é uma condição da vitória.

Unidos venceremos. Unidos para destruir o fascismo. Unidos para construir a democracia.

A Situação dos Estudantes Analisada Pela COSEC

A Conferência Internacional dos Estudantes (COSEC), entidade com sede na Holanda, que congrega numerosas associações académicas de países da Europa Ocidental e da América, publicou recentemente o relatório que foi apresentado à sua X Conferência, em Quebec, sobre a situação política, educacional e estudantil em Portugal. Esse documento, de 38 páginas, foi elaborado por uma comissão de informação e pesquisa e cobre o período entre agosto de 1960 e as greves universitárias da primavera de 1962. Além dos assuntos especificamente estudantis, o relatório insere uma análise política, em que é ressaltado o enfraquecimento do regime fascista português, e um capítulo dedicado aos tribunais do regime e à repressão policial.

Da parte referente às Universidades e organizações estudantis transcrevemos as seguintes passagens:

"O Estado continua a limitar a 125 o número anual de bolsas, ignorando assim os problemas económicos da população estudantil e, intencionalmente, limitando o número de estudantes admitidos à Universidade e eliminando as classes pobres da possibilidade de obterem uma educação superior. No ano escolar de 1961/62, apenas 53 bolsas foram concedidas em Lisboa, 25 em Coimbra e 29 no Porto. As bolsas elevam-se a 300 escudos mensais. 38 foram concedidas pela organização juvenil controlada pelo governo, Mocidade Portuguesa, mas só beneficiam delas os estudantes que, politicamente, suportam o regime. Entretanto, deve acrescentar-se que uma bolsa de 300 escudos por mês é insuficiente para os estudantes que têm de mudar de cidade, como é a regra quase geral dos estudantes da Universidade de Coimbra, uma vez que o preço médio de pensão se eleva a 800/1000 escudos em Coimbra, e a 1.000/1.200 em Lisboa. De maneira geral, os estudantes não dispõem de facilidades residenciais. Em Lisboa, Coimbra e Porto as residências para estudantes são em número insuficiente. Dos 5.000 estudantes de Coimbra apenas 878 vivem em casas de estudantes, e 230 vivem nas chamadas Republicas, as quais são organizadas e equipadas pelos próprios estudantes e sem assistência governamental. Para a obtenção de bolsas os estudantes têm de submeter-se a um longo processo burocrático. No Porto, por exemplo não foi possível anunciar antes de Fevereiro de 1962 quais eram os estudantes que gozariam de bolsas no ano escolar de 1961/62. Outrossim, os estudantes são submetidos a um controle severo e devem satisfazer certos requisitos entre os quais:

— que o pai se encontra na impossibilidade de pagar os seus estudos.

— que nenhum irmão ou irmã é bolseiro, o que terá como consequência a sua ineligibilidade.

— gozar de boa conduta moral e cívica.

A última condição permite ao Governo exercer pressão política considerável sobre os bolseiros, os quais receiam tomar parte em manifestações estudantis ou participar da vida das associações, com receio de que as suas bolsas venham a ser suspensas. Na verdade, usando de um decreto de Maio de 1962 do Ministério da Educação, o ministro pode perseguir os estudantes a pretexto de ofensas várias e todo o estudante acusado perde automaticamente os seus direitos a uma bolsa (...)

MOVIMENTO PARA A CRIAÇÃO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES

(...) Durante os dois últimos anos têm sido feitos esforços para organizar um corpo central capaz de tratar os problemas dos estudantes num nível nacional. Tais esforços remontam a 1890, quando se realizou a primeira reunião dos estudantes portugueses, em Coimbra. Durante essa reunião foram estabelecidas as bases da federação académica, mas devido a razões políticas, tais bases nunca foram aplicadas praticamente. Os estudantes preconizavam a fundação de associações académicas através do país, a extensão da educação a todas as classes sociais, a educação moral do povo português e a revigoração política.

Todas as associações portuguesas são controladas severamente pelo Estado e é-lhes proibido o desenvolvimento de atividades não autorizadas pelas autoridades públicas. Se bem que a Constituição garanta aos cidadãos liberdade de associação e reunião, as mesmas são limitadas pelo parágrafo que estabelece "que leis especiais definirão com mais exatidão a execução da liberdade de opinião, educação, reunião e associação". A Lei 1.901 de 21 de maio de 1935 estipula nos seus Artigos 1 e 2 que todas as associações e organizações cujas atividades têm lugar no território português são obrigadas a apresentar cópia dos seus estatutos ou regulamentos às autoridades públicas, acompanhadas duma lista dos seus membros, com detalhes sobre as suas profissões e todas as outras informações necessárias em relação à ordem e segurança públicas. As associações que não obedecem a esta regra são imediatamente dissolvidas pelo Ministro do Interior como organizações secretas.

No que respeita às organizações internacionais, o Artigo 25 do Decreto Lei N. 37.447, de 13 de junho de 1959, estabelece que "é proibido promover, fundar, organizar ou diri-

gir em território português associações de caráter internacional, sem a autorização do Ministério do Interior. A filiação de associações portuguesas a organizações internacionais necessita também da aprovação do governo".

O Artigo 26 do mesmo Decreto permite ao Ministro do Interior dissolver as organizações que são definidas no Artigo 20 como sendo de "natureza comunista" ou as associações que tenham como finalidade "a execução de crimes contra a segurança externa do Estado ou o exercício do terrorismo como método de acção..." A formulação deliberadamente vaga desta regulamentação possibilita às autoridades o exercício ilimitado do poder, especialmente no caso de que toda a oposição é rotulada "comunista".

O Decreto Lei 40.550 de 12 de março de 1956 ilustra a extensão dos poderes de que goza a Polícia Secreta (PIDE):

"Serão passíveis de internamento como medida de segurança por períodos de seis meses a três anos, os quais poderão ser repetidos em períodos de três meses enquanto sejam considerados como capazes de ameaçar a segurança:

1. Os que fundam associações ou grupos de natureza comunista ou se entregam a atividades de natureza subversiva, ou os que têm como propósito engendrar crimes contra a segurança do Estado, ou os que pertencem a tais associações, movimentos, grupos, os que com elas colaboram, ou os que seguem as suas diretrizes com ou sem acordo prévio; que proporcionam ocasião e lugar, que as subsidiam ou que distribuem a sua propaganda.

As definições vagas e inexatas como estas constituem uma ameaça permanente para todos os membros de organizações ou associações que não apoiem o regime.

A atitude hostil do Estado para com as organizações e associações de acordo com a estrutura totalitária e corporativa estabelecida pela Constituição de 1933. Essa Constituição define Portugal como uma República "unitária e corporativa" cujo dever é "autorizar, exceto quando seja o contrário determinado por lei, promover e assistir na sua formação, todas as instituições corporativas, coletivas, intelectuais ou económicas". Os objetivos principais dessas organizações corporativas devem ser de caráter científico, literário ou artístico; cultura física, sócio social, caridade, melhoramentos técnicos ou solidariedade de interesses e a sua constituição e modo de funcionamento "serão governados por regulamentos especiais".

Portugal, como todos os Estados totalitários, opõe-se à criação espontânea de associações e reprime todas as tentativas feitas pelas organizações estudantis para organizar federações locais, regionais, ou mesmo nacionais.

As organizações estudantis limitam-se ao nível das faculdades e o governo, até à data, tem suprimido todos os esforços feitos para fundar uma organização universitária comum. As exceções a esta divisão das organizações estudantis são a Associação Académica de Coimbra, representando todos os estudantes da Universidade de Coimbra; a Associação Universitária de Lisboa (CDUL) na qual se encontram representados todos os estudantes, grupos desportivos e associações de estudantes e, duma certa maneira, a Reunião Inter-Associações (RIA) corpo coordenador das associações das faculdades da Universidade de Lisboa. Desde o começo de 1961, o principal objetivo do movimento estudantil tem sido terminar a divisão e o isolamento que separam as associações estudantis, ficando os interesses comuns a todos os estudantes, os seus problemas, e formulando a estrutura para uma União Nacional dos Estudantes Portugueses".



A gravura reproduz a foto da capa do relatório da COSEC. Trata-se de um aspecto de uma das grandes manifestações estudantis verificadas em Lisboa na primavera de 1962.

PLEBISCITO E ELEIÇÕES

Manuel Sertório

Sabemos todos que as diversas correntes da Oposição orientaram a sua actuação comum contra o fascismo salazarista, desde 1945 até há bem pouco tempo, para formas pacíficas de luta. As eleições foram o terreno em que se verificou uma maior mobilização popular anti-fascista, sob a direcção daquelas correntes democráticas. A Oposição, umas vezes pior e outras vezes melhor organizada, concorreu, ou dispôs-se a concorrer, a oito eleições gerais. Depois da penúltima, em 1958, começaram a ser ouvidas as primeiras vozes contra a exclusividade das formas pacíficas de luta; e após a última eleição, em 1961, tornou-se geral a convicção de que o problema político português só poderá ter uma solução violenta.

Enganar-nos-emos, porém, se considerarmos esta diferença de táticas oposicionistas como uma contradição antagónica, incapaz de ser resolvida pela luta anti-fascista. Ao contrário, tanto a correcta teorização como a prática desta luta mostram-nos que estamos perante uma contradição não antagónica, destinada a encontrar a sua solução no derrubamento do Estado fascista.

A perspectiva da solução pacífica confundiu o problema das formas de luta capazes de preparar a destruição do fascismo salazarista — pelo despertar e mobilização das massas populares através de acções cada vez mais amplas — com o problema da acção ou acções finais de derrubamento da ditadura fascista. Na verdade, esta perspectiva da solução pacífica apenas se reportou ao processo da luta e não à natureza da acção ou acções mediante as quais o fascismo seria finalmente destruído. Tal perspectiva não comportou, assim, nenhuma teorização explícita da solução do problema português. Difícilmente, aliás, poderia ter deixado de ser assim, pois que, pelo menos desde a primeira eleição de 1949, ninguém se sentia à vontade para defender expressamente a possibilidade da substituição pacífica do governo fascista por um governo democrático. O que, deste modo, tomou o lugar da informada solução do problema português foi a crença tácita na desagregação mecânica do próprio fascismo. Por esta razão, as formas pacíficas de luta que continuaram a ser defendidas não chegaram a adquirir, ou perderam completamente, todo o seu sentido político, que só lhes poderia ser dado por uma teorização correcta do derrubamento final

do Estado fascista.

Quando surgiu a perspectiva da solução violenta do problema português, os dirigentes das diversas forças da Oposição pretenderam, em primeiro lugar, reagir contra a demobilização popular em face da exclusividade das formas pacíficas de luta. Mas, de uma maneira inversa da de falsa solução pacífica, também esta perspectiva confundiu, e continua muitas vezes a confundir, o problema das formas de luta necessárias para preparar a destruição do fascismo salazarista com o problema da acção ou acções finais de derrubamento do Estado fascista. De facto, muitos dos defensores da perspectiva da solução violenta têm-se preocupado quase exclusivamente com o problema das acções finais do processo das lutas populares pelo derrubamento do fascismo. Partindo de uma posição inteiramente justa, que é a necessidade dessas acções finais serem violentas, ignoram consciente ou inconscientemente todas as realidades mediadas que dialécticamente se colocam entre os nossos objectivos e as acções finais através das quais estes poderão ser alcançados; e, renunciado ao exame realista das diversas condições do desenvolvimento necessário da luta contra o fascismo, propõem que, se as acções finais anti-fascistas têm de ser violentas, exclusivamente violenta seja também toda a luta anterior.

Quer dizer: onde a perspectiva deformada da solução pacífica nos oferecia apenas o caminho justo para a luta democrática até à véspera do derrubamento do Estado fascista, a perspectiva deformada da solução violenta ofereceu-nos sómente o caminho justo para a luta democrática no dia do derrubamento do fascismo.

Teoricamente, por consequência, a contradição não antagónica das duas perspectivas encontra a sua resolução na síntese das partes politicamente justas das duas teses. A tese da solução pacífica tem de ser expurgada do seu empirismo, através do qual só aparentemente oferecia uma solução para o problema português. E a tese da solução violenta tem de ser expurgada do dogmatismo e do sectarismo com que, da análise correcta do choque final e violento que terá de verificar-se entre a engrenagem fascista e as forças democráticas e populares, pretende impor uma exclusividade acritica e irrealista de formas violentas de luta contra o governo fascista. Uma análise realista da sociedade portuguesa e do Estado fascista mostram-nos que a justeza da solução violenta do problema do povo português encontra a sua contra-partida igualmente justa na defesa e prossecução de um processo complexo de acções preparatórias de diversa natureza, no qual, porém, as acções de carácter inicialmente pacífico são, de longe, as mais importantes, desde que só através delas as massas populares poderão ser verdadeiramente mobilizadas para a luta anti-fascista.

É esta, de facto, no campo da prática, a conclusão a que devemos (Continua na pág. 7)

PEQUENAS NOTÍCIAS

● Ao passar recentemente pelo aeroporto de Lisboa, o grande dramaturgo norte-americano Tennessee Williams recusou a sair do avião em que viajava e negou-se a fazer declarações à imprensa salazarista.

● As autoridades moçambicanas mostram-se particularmente satisfeitas com a visita de um ex-general da Wehrmacht, Friedrich Wilhelm von Mellenthin, que como comandante de forças blindadas participou das violências nazistas na Polónia, nos Balkans e no norte de Africa.

● O Comité de Descolonização da ONU aprovou no dia 3 de julho por 20 votos e 4 abstenções (Estados Unidos, Inglaterra, Austrália e Itália) uma resolução afro-asiática que condena o governo português pela sua recusa em aplicar a declaração da Organização sobre a concessão da independência aos países e povos coloniais, chamando ainda a atenção do Conselho de Segurança para o agravamento da situação nas colónias portuguesas.

● A delegação portuguesa foi eleita para o Secretariado Permanente encarregado de preparar o Foro Mundial de Solidariedade da Juventude a realizar de 16 a 23 de setembro próximo em Moscou, por iniciativa da Federação Mundial da Juventude Democrática.

● Segundo o "Diário de Lisboa", lavrava em Macau, no mês de abril, uma epidemia de cólera.

● Por 43 votos e 7 abstenções, o plenário da Conferência Internacional de Instrução Pública aprovou um projeto de resolução dos países afro-asiáticos excluindo Portugal daquele conclave. Os delegados dos países da Europa Ocidental retiraram-se da sala antes da votação...

● Comentando uma proposta do deputado Levy Neves tendente à concessão do direito de voto aos portugueses do Brasil, o jornal "Correio da Manhã" salienta que isso seria cabível se houvesse uma reciprocidade que "é, por enquanto, impossível".

● Em Portugal prossegue em ritmo acelerado a invasão de capitais estrangeiros em condições lesivas aos interesses nacionais. A inauguração recente da linha de montagem da Renault, programada para uma produção anual de mil carros, constitui um escândalo tanto maior quanto a produção de peças fabricadas em Portugal é praticamente nula.

● O namoro entre Salazar e o governo de Bonn continua. Setecentos estudantes da Alemanha Federal realizaram a Portugal uma "visita de estudo", patrocinada por ambos os governos.

● Com a independência de Malawi (ex-Niassalândia) diminuiu para 11 o número de territórios africanos submetidos ainda ao regime colonial. O próximo a tornar-se independente será a Rodésia do Norte que tomará o nome de Zambíia.

"A VOZ DA LIBERDADE"

— Cinco emissoras em cadeia —

Emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional

Às quartas-feiras e sábados:

20,15 — Hora do Brasil

0,15 — Hora de Portugal

Em ondas médias na banda dos 230 e 320 metros

Em ondas curtas nas bandas de 25, 31 e 49 metros

O BRASIL MARIA DA SOLIDÁRIO COM PIEDADE SANTOS

A ofensiva salazarista no Brasil atingiu nos últimos meses, conforme "Portugal Democrático" já noticiou, uma intensidade sem precedentes. A campanha de captação das autoridades e de mistificação da opinião pública na qual colaboram todos os representantes oficiais do governo fascista de Lisboa, desde o embaixador aos funcionários encarregados de assuntos culturais, tem incluído as mais diversas iniciativas num esbanjamento de dinheiro que revela bem até que ponto Salazar está empenhado em obter o apoio do Brasil para a sua política, particularmente em relação às colónias. Entretanto, os factos demonstram que a opinião pública brasileira, não se deixando ludibriar pela propaganda fascista, permanece ao lado do povo português na luta que este trava pela sua libertação. A imensa repercussão que teve neste país o caso de Maria da Piedade Gomes dos Santos e a unanimidade da repulsa que se verifica em face da ameaça de aquela patriota ser novamente atingida pela decretação de novo período de "medidas de segurança" constituem uma demonstração dos sentimentos de solidariedade da nação brasileira para com as vítimas do fascismo salazarista.

A divulgação na imprensa de São Paulo do texto integral da carta do escritor Ferreira de Castro ao advogado de defesa de Maria da Piedade foi o primeiro fator a chamar a atenção da opinião pública para o caso, sensibilizando particularmente os meios intelectuais e estudantis.

Posteriormente, a Unidade Democrática Portuguesa, promoveu a publicação de uma *plaque* sobre o momentoso assunto e que incluía também algumas páginas dedicadas aos acontecimentos ultimamente verificados no presídio de Peniche. A reação da opinião pública foi imediata e calorosa, traduzindo-se tanto através do eco que o problema teve nas colunas da imprensa como das cartas, apelos e protestos enviados do Rio de Janeiro e São Paulo para Portugal a favor de Maria da Piedade Gomes dos Santos e dos patriotas de Peniche.

Apelo dos Intelectuais do Brasil

Na impossibilidade de darmos publicidade às inúmeras manifestações de solidariedade a Maria da Piedade Gomes dos Santos, transcrevemos das colunas do jornal "A Tribuna", que a publicou na íntegra (12-7-64) a carta-apelo que numerosos intelectuais paulistas endereçaram ao presidente do Tribunal Plenário do Porto. O documento é do seguinte teor:

Exmo. Sr.
Doutor Cunha Ferreira
Presidente do Tribunal Plenário do Porto.
Largo de São João Novo
Porto

A opinião pública internacional vem acompanhando com justificada emoção o caso da operária Maria da Piedade Gomes dos Santos que, por força de uma proposta do diretor da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, corre o risco de ser atingida por nova prorrogação das chamadas "medidas de segurança" em consequência das quais continua presa, muito embora haja cumprido há longo tempo a pena em que foi condenada. Não podiam os brasileiros constituir uma excepção, permanecendo indiferentes à dramática situação dessa mulher portuguesa que ao longo do seu cativeiro se vem comportando com uma coragem e uma dignidade admiráveis. Nos meios intelectuais, particularmente, foi recebida com surpresa e desgosto a decisão do juiz dr. Azevedo Soares, de 7 de março p.p., concedendo uma prorrogação provisória das "medidas de segurança", enquanto o tribunal a que V. Exa. preside não aprecia em definitivo a proposta da P.I.D.E.

Não pretendem os signatários de modo algum interferir na ação da justiça portuguesa. Mas faltaríamos a um imperativo de solidariedade e ao dever que cabe a todo o intelectual de defender a liberdade e a dignidade da pessoa humana quando estas se encontram ameaçadas se não viessem junto a V. Exa. externar, respectivamente, a profunda preocupação que lhes causa a situação de Maria da Piedade Gomes dos Santos, particularmente em face dos antecedentes do caso, já tornados públicos. O simples fato de ser a primeira vez que em Portugal é solicitada a prorrogação das "medidas de segurança" para uma mulher não deixará, estamos certos, de pesar no espírito de V. Exa. Acresce, porém, que contra a libertação dessa senhora a P.I.D.E. não invoca mais do que argumentos sem valor e presunções sobre a natureza das suas "convicções íntimas", numa restrição inadmissível ao direito de cada um ser livre ao menos no

seu foro interior. Igualmente nos parecem ponderáveis as conclusões de mais de 40 eminentes juristas portugueses, todos eles favoráveis à imediata libertação de Maria da Piedade Gomes dos Santos. E como se todos esses fatos não bastassem para emprestarmos a nossa comovida solidariedade a essa mulher portuguesa, haveria ainda a considerar a sua condição de doente.

Não exageramos ao informar V. Exa. de que a opinião pública brasileira sente como seu o caso de Maria da Piedade Gomes dos Santos. Recentemente obtiveram aqui larga divulgação os depoimentos de *maitre* Roland Weyl e dos drs. Patrick Halliman e Ronald Waterhouse sobre os julgamentos de presos políticos em Portugal. Anima-nos o desejo de que V. Exa., ordenando a restituição à liberdade de Maria da Piedade Gomes dos Santos, contribua para demonstrar que a porta da esperança não está irremediavelmente fechada para os que sofrem nas prisões portuguesas, condenados por delitos de opinião.

Entre os signatários figuram: Paulo Duarte, diretor do Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo, escritor e professor catedrático; Alvaro Lins, escritor e professor catedrático; Sergio Milliet, escritor; Dacio de Arruda Campos, escritor e jurista; Rogério Sampaio, advogado e jornalista; Geraldo Ferraz, escritor e crítico de arte; Delmiro Gonçalves, advogado e jornalista; Enio da Silveira, escritor e editor; Braulio Pedroso, jornalista e crítico literário; João Marshner, crítico de arte; Marco Antonio Rocha, jornalista; Luis Roberto Salinas Fortes, jornalista e advogado; Rolando Roque da Silva, escritor; Hilde Weber, pintora e jornalista; Sabato Magaldi, jornalista e Antonio d'Elia, escritor; Leonicio Basbaum, escritor; Clovis Moura, escritor; José Paulo Paes, escritor.

A Rádio e a Televisão deram também relevo a este apelo, com destaque para o Canal 9 que lhe fez uma referência toda especial no programa noticioso que registra maior índice de telespectadores em São Paulo.

Manifestam-se os Democratas Portugueses

As organizações democráticas portuguesas não podiam, evidentemente faltar com a sua solidariedade a Maria da Piedade Gomes dos Santos. Cartas subscritas por representantes do nosso jornal, da U.D.P., do Centro Republicano Português e pela União das Mulheres Portuguesas foram enviadas aos juizes Cunha Ferreira e Azevedo Soares. Esses documentos são do seguinte teor:

Exmo. Senhor:
Muitos milhares de portugueses residentes no Brasil vêm acompanhando com interesse e emoção o caso de Maria da Piedade Gomes dos Santos. Não exageramos ao informar V. Exa. de que os sofrimentos da nossa infeliz companheira impressionaram de tal forma amplas camadas da colónia portuguesa que o assunto alcançou ultimamente considerável repercussão entre a própria opinião pública brasileira.

Os numerosos elementos informativos que chegaram ao nosso conhecimento levaram os signatários à convicção de que se impõe a imediata restituição à liberdade de Maria da Piedade Gomes dos Santos. Outro não é o motivo que nos leva em nome das organizações abaixo discriminadas, a vir expor a V. Exa. a convicção e o desejo que nos anima de que seja posto termo ao prolongado encarceramento daquela presa política.

Nem de outra maneira seria concebível que acontecesse por parte de cidadãos que não estão habituados a defrontar-se na sua vida cotidiana com os constantes atropelos à liberdade da pessoa humana, nem com a perseguição ao livre pensamento e suas manifestações, por nenhuma das formas que são a característica mais tristemente conhecida ao actual regime português.

Perto de seis anos de detenção chegam, sr. Juiz, para "punir" quem é hoje considerada pela PIDE, acima de tudo, não já como uma democrata portuguesa, cujos anseios de liberdade são, afinal, semelhantes aos de vários milhões de portugueses, mas como a mulher e companheira fiel de um evadido das cadeias políticas do actual governo. O "pecado" de ser-se democrata não pode transmitir-se pelo casamento nem pela hereditariedade, pois nesse caso, perante os riscos permanentes que implicam os sentimentos de liberdade no nosso país, tal facto seria o veneno mais corrosivo da família, que o governo português diz proteger antes de qualquer outra célula social.

Maria da Piedade Gomes dos Santos já declarou nos autos que não tenciona desenvolver, uma vez em liberdade, nenhuma actividade política. Querendo ser objectivos, não afirmamos a obrigação de o Tribunal e a PIDE acreditarem incondicionalmente na democrata detida. Mas mesmo levando em linha de conta esses receios, de nenhum modo se pode admitir qualquer decisão que prolongue o cativeiro de Maria da Piedade Gomes dos Santos. Fazemos questão de acentuar bem que a libertação imediata e irrestricta daquela patriota é, quanto a nós, a única solução indicada pelo Direito e pela Moral. Isso não nos impede, entretanto, de verificar que a própria argumentação da PIDE não justifica o que ela pretende. O Tribunal e a polícia política têm em suas mãos, por força da lei, o meio adequado e humanitário para pôr à prova a sinceridade da democrata portuguesa, no presente e no futuro. Esse meio, a que alude o advogado de defesa, dr. Arnaldo Mesquita, é a *liberdade provisória*, no lugar da prorrogação de sumana da medida de segurança que a conserva encarcerada, como se no cumprimento da pena ainda se encontrasse, desde há mais de três anos depois da extinção desta.

Se a nossa compatriota fosse capaz de infringir a sua palavra, seria a liberdade provisória que, com a certeza necessária, o poderia comprovar; nunca a prorrogação do período de medidas de segurança agora em curso, que já prorrogou o período inicial de três longos anos. Enquanto a liberdade provisória forneceria as provas concretas das disposições da democrata ora detida, a prorrogação do seu encarceramento continuaria a ocultar a possibilidade de saber-se quais, na realidade, as disposições da nossa infeliz compatriota. E, deste modo, só com base em premissões sempre falíveis é que o Tribunal e a PIDE poderão basear a sua eventual decisão de prorrogação da medida penal.

A segurança do Estado Corporativo português tem pouco a temer da libertação de uma democrata com menos de 40 quilos de peso, debilitada e angustiada pela sorte que a tocou. Mas da continuidade do seu encarceramento, talvez o actual governo deva temer qualquer coisa: a condenação veemente do seu acto por parte de muitos milhares de homens e mulheres livres por este mundo afora, entre os quais os portugueses que representamos.

Pelo PORTUGAL DEMOCRÁTICO:
Joaquim Barradas de Carvalho, Miguel Urbano Rodrigues, Victor Ramos, Antonio Bidarra Fonseca, Augusto Aragão.

Pela UNIDADE DEMOCRÁTICA PORTUGUESA:

João Sarmento Pimentel, Maria Manuela Gouveia Antunes, Helder Costa, Lenine de Jesus Alexandre, Joaquim Correia Silva e Alfredo Masson.

Pelo CENTRO REPUBLICANO PORTUGUESO:

Alexandre Pereira, Manuel Moura, Fernando Ramos, Manuel Rocheta.

Pela UNIÃO DAS MULHERES PORTUGUESAS:

Maria Archer.



"Tratado com a PIDE"

No jornal "Correio da Manhã", Otto Maria Carpeaux, um dos maiores escritores do Brasil, publicou no dia 21 de julho um artigo intitulado "Tratado com a PIDE" em que depois de esboçar um panorama do clima de terror policial existente em Portugal escreveu:

O caso que inspirou as considerações precedentes é o de Maria da Piedade Gomes dos Santos. Seu crime: ser esposa de um operário (prêso) e não trair ou abandonar o marido. Foi presa em 5 de dezembro de 1958. Já passou "legalmente" 6 anos na prisão. Agora, em 1964, deveria ter saído, se não fossem as "medidas de segurança". Maria da Piedade — que os outros não têm — assinou declaração, prometendo não realizar futuramente qualquer atividade política. Mas a PIDE não parece confiar em sua própria eficiência para fiscalizar os suspeitos. Exigiu caução de 50.000 escudos, que Maria da Piedade não pode, evidentemente, pagar. Mas mesmo se pudesse, existe mais um obstáculo. Pois a PIDE informou ao governo que "a presa não deixa transparecer, nas declarações que fez, a menor mudança quanto ao fundo de suas convicções". Por isso, Maria da Piedade continua presa.

Francamente! Depois de 32 anos de ditadura ainda existe gente em Portugal que tem convicções diferentes das do ditador. E, ainda por cima, não quer mudar, depois de ter sido por 6 anos catequizada pela PIDE.

Seriam convicções comunistas? E se fossem? Justificaríamos a procedura inquisitorial, atenuada pela tentativa de arrancar dinheiro? Mas sabemos que em Portugal o inconformismo com 32 anos de ditadura é simplesmente identificado como comunismo, "para inglês ver" e americano acreditar. Mas os brasileiros, estes sabem. Não confundem Portugal e a PIDE. Consultam Camões e Fernando Pessoa, mas não se julgam obrigados a sentir amizade ao sinistro e instabilista de Santa Comba, e cada caso como o de Maria da Piedade Gomes dos Santos contribui para confir-

mar o fato: o Tratado de Consulta e Amizade foi, é e continuará letra morta.

EM FRANÇA

Em França, onde o movimento de solidariedade a Maria da Piedade Gomes dos Santos alcançou a maior amplitude, o Comité Francês para a Amnistia publicou uma "plaque" alusiva ao caso, à qual a imprensa se referiu com destaque. A primeira lista de personalidades que pediu a liberdade daquela patriota inclui os nomes de Marcelle Auclair, Colette Audry, Anne Philipe, François Mauriac, Felix Guoin, Henry Torres, Jean Cassou, Claude Roy, Vladimir Jankelevich, Georges Gombault, Roger Batisse e Raymond Las Vergnas.

INGLATERRA

O British Committee for Portuguese Amnesty tem igualmente desenvolvido intensa atividade a favor de Maria da Piedade Gomes dos Santos, levando ao conhecimento da opinião pública britânica, através de numerosas iniciativas, o caso daquela patriota. A secretária do Comité, Mrs. Ward faz-lhe referência à parte na abertura do boletim relativo a julho. O numero de Junho-Julho do "Portuguese and Colonial Bulletin" trata também do assunto com o merecido destaque.

VENEZUELA

A Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela, no boletim especial que editou para comemorar o dia de Camões, ocupa-se também da situação de Maria da Piedade Gomes dos Santos, aludindo ao seu estado de saúde e à nova violência que a ameaça.

INICIATIVA JUNTO DA ONU

Juntamente com a *plaque* editada em São Paulo sobre o caso de Maria da Piedade Gomes dos Santos e a situação dos presos de Peniche, a Unidade Democrática Portuguesa enviou à Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas uma carta chamando a atenção daquele alto organismo internacional para os problemas criados por esses dois aspectos concretos do terror policial vigente em Portugal.

Pela amnistia e contra a repressão

Ivone Lourenço em Liberdade

O povo português alcançou nova vitória no passado mês de Junho quando a PIDE, em face da intensidade da campanha pela libertação de Ivone Dias Lourenço se viu forçada a restituir a liberdade àquela patriota, por falta de condições para obter do tribunal a decretação de novo período de "medidas de segurança". Embora condenada inicialmente em apenas dois anos, Ivone Dias Lourenço permaneceu presa durante mais cinco anos, tendo o seu calvário chegado ao fim no dia 8 de



junho. Seguindo-se à libertação de outros democratas que se encontravam em situação semelhante — entre os quais Luisa Paula, Candida Ventura, Humberto Lopes, Aida Magro, Maria Luisa Soares e Manuel Rodrigues da Silva — a importante vitória ora alcançada contra o terror policial salazarista veio confirmar mais uma vez a eficácia das campanhas conjugadas, em Portugal e no Estrangeiro, em favor da amnistia.

Está provado que o problema dos presos políticos portugueses sensibiliza particularmente a opinião pública internacional, que se mantém atenta às violências e arbitrariedades da repressão salazarista. Novas e mais importantes vitórias poderão ser obtidas se os esforços em favor da libertação de outras vítimas do fascismo se intensificarem tanto no plano interno como no externo.

Ajudemos os Heróis de Peniche

Continua a inspirar as mais serias preocupações a sorte dos doze patriotas transferidos recentemente de Peniche para Caxias, na sequência do heróico movimento de protesto dos presos da primeira daquelas fortalezas. Cabe aqui recordar novamente os seus nomes: JOAQUIM PIRES JORGE, FERNANDO BLANQUI TEIXEIRA, OCTAVIO RODRIGUES PATO, AMERICO DE SOUSA, GUILHERME DA COSTA CARVALHO, CARLOS COSTA, CARLOS ABOIM INGLÉS, JOSÉ MAGRO, ORLANDO LINDIM RAMOS, JULIO MARTINS, ALBERTO VILAÇA e JOÃO HONRADO. Segundo as últimas notícias recebidas de Portugal, o regime a que se encontram sujeitos não é menos severo do que o de Peniche. A preocupação de Salazar com esse grupo de patriotas é de tal ordem que o presidio de Caxias se encontra agora sob o controle directo de um inspetor da PIDE, o famigerado Gomes da Silva.

Onda de Prisões

A onda de terror policial desencadeada em todo o País nas semanas que precederam o primeiro de Maio não se deteve ainda. As prisões prosseguem e a atividade dos chamados plenários é intensa. Como habitualmente, a PIDE procura justificar as suas violências divulgando comunicados fantasistas, mas a população não leva a sério as baboseiras inventadas pelos esbirros da Rua Antonio Maria Cardoso.

Para o Tribunal Plenário de Lisboa foram enviados, na primeira quinzena de Julho, seis processos envolvendo diversos patriotas acusados das eternas "atividades subversivas". Eis os seus nomes: Antonio Joaquim Figueira, Francisco Nilha Jorge, Jo-

sé Ricardo Lavaredas Zagalo e Melo, Mario Araujo e Antonio dos Santos Graça.

Por outro lado, o engenheiro Areosa Feio e Oliveira Rodrigues foram condenados em dezoito meses de prisão cada um e na perda de direitos políticos por cinco anos.

Tumulto no Tribunal

Foi particularmente tumultuado o julgamento do agente de publicidade Joaquim de Araujo, um jovem de 17 anos que o tribunal fascista de Lisboa não hesitou em condenar a sete anos de prisão por "atividades subversivas". Quando o juiz anunciou que a esposa desse patriota, Maria Matilde, era também condenada (16 meses), a assistência feminina levantou-se e prorrompeu aos gritos, seguindo-se um tumulto indescritível na sala, durante o qual algumas mulheres desmaiaram. Gustavo Assunção foi condenado na mesma sessão a 16 meses.

Na Inglaterra

Nos últimos meses aumentou sensivelmente a cobertura dada pela imprensa inglesa à campanha a favor da amnistia desenvolvida pelo Comité Britânico. Entre os jornais locais que assim têm procedido contam-se o "Western Mail", de Cardiff; e entre os nacionais, o "Guardian", o "Daily Worker", o "Peace News", o "Tribune" e o "Freethinker". Além do noticiário que consagram aos assuntos portugueses, esses periódicos publicam artigos, informações sobre as actividades do B.C.P.A., cartas, protestos e apelos a favor de presos. Numerosas cartas têm sido recebidas quer com pedidos de informações, quer com ofertas de ajuda para os prisioneiros e suas famílias, especialmente crianças.

A importância dessa cobertura da imprensa britânica reflecte-se no crescente numero de pedidos de informação que chegam à sede do British Committee, provenientes da Dinamarca, da Holanda, da Austrália, de Trinidad, do Canadá, dos Estados Unidos e da Alemanha Ocidental. Na Dinamarca, especialmente, a imprensa vem dando uma atenção crescente ao problema da repressão, em consequência do esforço desenvolvido pelo B.C.P.A.

"MULHERES NA PRISÃO"

Sob o título "Portugal: Women in Prison" será publicado em Setembro próximo um novo panfleto do B.C.P.A. relativo ao caso particular das presas políticas portuguesas. Os problemas humanos que resultam do terror policial fascista, que separa as mulheres dos filhos e dos maridos, são aí largamente expostos.

OUTRAS ACTIVIDADES DO B.C.P.A.

O B.C.P.A. participou em Junho e Julho de numerosos comícios contra a repressão em Portugal em várias cidades do Sul do País de Gales. Todos eles contaram com o patrocínio do Partido Trabalhista e do Trade Council local. O interesse despertado por essas manifestações foi considerável, como se depreende dos pedidos de informações recebidos acerca das formalidades necessárias à adopção de presos políticos.

Constituiu igualmente um êxito o comício promovido pelo Clube Liberal da Universidade de Oxford durante o qual foi feita larga exposição sobre as condições em que é exercida a repressão fascista em Portugal.

UM PROTESTO DE BERTRAND RUSSELL

A situação dos presos políticos transferidos de Peniche para Caxias motivou já numerosos protestos enviados às autoridades de Lisboa. Tive particular repercussão entre a opinião pública britânica uma carta de Bertrand Russell ao Ministro do Interior de Portugal, publicada no "Guardian" de 16 de Junho, na qual o grande filósofo protesta contra as terríveis condições do regime prisional de Peniche.

PRONUNCIAMENTO DE JURISTA

No mês de Junho, a pedido do B.C.P.A., um advogado britânico, o Dr. David Birneberg, da League of Labour Lawyers e da Haldane Society, visitou Portugal, tendo ocasião

de assistir a uma audiência do processo de Beja e de averiguar as condições em que vivem presentemente os prisioneiros políticos.

No seu regresso a Londres, o dr. Birneberg relatou durante uma conferência de imprensa, a 11 de Junho, as observações que tivera ensejo de fazer, esboçando para o auditório um panorama do clima de terror policial reinante em Portugal. O que o impressionou mais foi a evidência de que a PIDE continua a torturar os prisioneiros políticos.

Na Suecia

A edição de Maio da revista social-democrática "Clarke" publicou um bem documentado artigo de R. Gerholm sobre a repressão em Portugal. O problema da guerra colonial mereceu também uma análise cuidada do autor.

Por outro lado, a televisão sueca divulgou um relatório sobre Portugal que lhe foi enviado pelo Comité Sueco contra o Neo-Nazismo. Divulgaram também excertos desse documento os jornais "Aftonbladet", "Stockholmsstidningen" e "Ny Dag".

Na Alemanha Ocidental

O semanário "Vorwärts", periódico social democrata da Alemanha Ocidental inseriu um artigo de Eberhard Sommer, advogado que mantém ligações com o Comité Britânico para a Amnistia. Referindo-se à visita que o vice-presidente do Parlamento de Bonn, dr. Jaeger, fez às colónias portuguesas é que motivou grandes elogios a Salazar, o articulista, depois de esboçar um panorama do terror policial, critica vivamente as declarações daquela personalidade.

No Canadá

Norman Endicott, um dos quatro advogados estrangeiros que foram recentemente expulsos de Portugal, foi entrevistado pelo "Toronto Star" e pelo "Toronto Globe and Mail". O dr. Endicott criticou a farsa de justiça existente em Portugal e a deshumanidade do regime policial a cujas dramáticas consequências não escapam as mulheres e as crianças dos prisioneiros.

Solidariedade dos Advogados Expulsos

Nos meios jurídicos europeus e americanos alcançou a maior repercussão o gesto brutal de Salazar determinando a expulsão em 1 de abril, de quatro advogados que se encontravam em Lisboa a fim de estudar aspectos da legislação penal fascista e da sua política de repressão. Um desses advogados é o Attorney Geral da Califórnia e presidente da U.S. National Lawyers Guild, dr. Robert Kenny; os demais são R. E. Treuhaft (Estados Unidos), N. A. Endicott (Canadá) e C. Gomez (Argentina).

Durante uma conferência de imprensa realizada em Paris, esses eminentes juristas expuseram largamente as impressões colhidas em Portugal acerca das questões que ali os haviam levado. A respeito da legislação penal, o dr. Robert Kenny salientou que não há em Portugal um código penal "civilizado", registrando-se permanentemente as mais flagrantes violações do segundo item do art.º 11 da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Analisou também as chamadas "medidas de segurança", as restrições impostas à defesa nos tribunais salazaristas, a inexistência de liberdades públicas, o regime selvagem a que estão submetidos os prisioneiros políticos e os violentos métodos a que recorre a PIDE. E afirmou, ao concluir: "Em face deste regime bárbaro, a humanidade precisa mobilizar os povos e as organizações nacionais e internacionais, os advogados e instituições jurídicas, para ajudar o povo Português. Se apreciamos realmente a nossa civilização devemos exigir que ela seja respeitada".

DELGADO EM ARGEL:

"DEVEMOS CONTAR COM O PODER ESMAGADOR DAS MASSAS POPULARES QUE, MESMO SEM ARMAS, TERÃO UM PAPEL DECISIVO NA LUTA PELO DERRUBAMENTO DA DITADURA DE SALAZAR".



Fac-simile da capa da plaquette editada pela Unidade Democrática Portuguesa sobre o caso de Maria da Piedade Gomes dos Santos e a situação dos presos de Peniche.

O Processo de Beja uma Farsa

A propósito da marcha do processo de Beja, a Agencia France Presse, enviou de Lisboa, no seu serviço para o Brasil, no dia 8 de julho, o telegrama que abaixo publicamos sem qualquer comentário, por desnecessário:

"As audiências do processo pelo levante de Beja terminaram hoje com um tumulto sem precedentes, no Tribunal de Lisboa encarregado de assuntos políticos. Antes de proceder ao encerramento dos debates, o presidente do tribunal, Almeida Moura, fez a tradicional pergunta aos acusados: "Têm os senhores algo a declarar?". O principal processado, Manuel Serra adiantou-se e pretendeu ler uma declaração escrita. O presidente retirou-lhe então o uso da palavra, alegando que se o acusado queria formular novas declarações devia antes justificar a existência de "fatos novos" para fornecer à Justiça. Ante a insistência do acusado, o presidente encerrou o debate. "Terminou", declarou levantando-se e dirigindo-se com seus assessores para a saída. Foi então que os 36 advogados da defesa se levantaram furiosos. "Isto é uma farsa, vergonha ao tribunal de exceção", ouvia-se gritar por todas as partes, pois o público se havia colocado do lado dos defensores. A Polícia irrompeu, neste momento, na sala para levar os detidos".

Uma Carta do Presidente Novotny

Nas vésperas de sua partida de Praga para Argel, o general Humberto Delgado recebeu do presidente da Republica Socialista Tchecoslovaca a carta que abaixo transcrevemos:

"Estimado Senhor General: Tenho muito prazer em que a sua estada para tratamento em nosso País lhe tenha permitido fortalecer a sua saúde. Com muito gosto pusemos à sua disposição os nossos serviços hospitalares e os nossos especialistas de medicina, pois que temos conhecimento da sua atividade política que muito apreciamos. Ao terminar a sua permanência em nosso país apresento-lhe os meus desejos de bons êxitos no seu trabalho a favor do Povo Português e faço votos por muitos anos de boa saúde. Dignar-se-á aceitar a expressão do meu respeito".

a) Antony Novotny
Presidente da República

Os Democratas Portugueses e o Jornal "O Estado de São Paulo"

Em resposta a um editorial altamente injurioso para os democratas portugueses do Brasil publicado pelo jornal "O Estado de S. Paulo", em 21 de julho a Unidade Democrática Portuguesa enviou àquele órgão de imprensa a seguinte carta: São Paulo, 21 de Julho de 1964 Exmo. Snr. DIRETOR DO JORNAL "O ESTADO DE SÃO PAULO" Rua Major Quedinho SÃO PAULO

O jornal que V. Exa. dirige publicou hoje, na sua página de editoriais sob o título "Infiltração Comunista", um comentário que, tanto pelas inverdades nele contidas como pelas injurias que derrama sobre os emigrados políticos que neste país vêm combatendo o regime fascista de Salazar constitui um documento incompatível com as tradições liberais que o "Estado" invoca quase diariamente. Dispensamo-nos de responder ao qualificativo de "lixo" e "entulho" a que V. Exa. recorre para designar genericamente homens que por muito amarem a liberdade e se recusarem a pactuar com o fascismo de Salazar vivem há longos anos no exílio onde dão o melhor do seu esforço ao combate unitário pela libertação do Povo Português. Embora tenhamos estranhado essa linguagem, inusitada no jornal de V. Exa., mais estranhámos ainda que o "Estado", que durante anos foi no Brasil a principal tribuna de luta contra o regime de Salazar, defendendo insistentemente a derrubada do ditador e a independência irrestrita dos povos coloniais por ele oprimidos, venha agora exigir a cabeça daqueles de quem foi sempre o maior sustentáculo. Cabe lembrar a V. Exa. que os portugueses de São Paulo que militam realmente nas organizações democráticas e que se lhe afiguram agora "agentes altamente perigosos" ao serviço do Estado Soviético são precisamente os mesmos, na sua imensa maioria, cujas iniciativas e tomadas de posição mereceram durante anos a mais completa cobertura do "O Estado de São Paulo". A geografia política da oposição emigrada no Brasil não mudou: hoje como ontem, nas suas fileiras há elementos de todas as tendências ideológicas, unidos pelo objectivo comum do derrubamento do fascismo. Todos estão integrados na Frente Patriótica de Libertação Nacional.

Quanto às acusações formuladas contra o nome ilustre que ocupa a cadeira de História Ibérica da Universidade de São Paulo, não são menos gratuitas e caluniosas. Trata-se de um universitário que trabalhou durante longos anos no Centro Nacional de la Recherche Scientifique, em França, afirmando-se pelos seus trabalhos científicos como um dos maiores especialistas da História dos Descobrimentos. Ninguém o indicou para o lugar que exerce. Impô-lo o seu grande mérito de Doutor em História Ibérica pela Sorbone, onde obteve a máxima classificação. Foi convidado pela Universidade de São Paulo e não "introduzido" pelos democratas portugueses. Em que pese ao articulista, trata-se de um investigador científico e não de um político. Simplesmente, como democrata tem o direito de prestar a sua colaboração e o seu prestígio à luta contra o fascismo salazarista. Quanto aos outros professores citados, merecem, é evidente, o nosso alto apreço. O conhecimento que temos de Antonio José Saraiva, Adolfo Casais Monteiro, e Jorge de Sena, leva-nos, aliás, a não hesitar em afirmar que qualquer deles repudiaria o ataque que acaba de ser desfechado contra um colega que não podem deixar de respeitar e até mesmo de admirar.

Outra passagem do artigo em questão que não contém uma só parcela de verdade é a que atribui aos democratas portugueses do Brasil (por V. Exa. designados sob varios qualificativos todos eles pejorativos) ingerências dos mesmos na vida política brasileira. É lamentável que o jornal de V. Exa. faça acusações tão graves sem qualquer fundamento. Alude V. Exa. a uma suposta cobertura que dariamos ao jogo de forças políticas brasileiras. Mas permanece no terreno das insinuações. A denúncia é tão gratuita que V. Exa. terá de reconhecer que nenhum facto existe que prove da nossa parte uma falta de respeito à Constituição e às Leis da Republica Brasileira.

Resta-nos ainda exprimir o nosso pesar pela sugestão final para que a policia se encarregue de nós. Custa a acreditar que V. Exa., que conheceu as agruras do exílio, levante neste momento a idéia de perseguições (Continua na pag. 7)

COLONIALISMO E ANTI-COLONIALISMO

Angola

Num dos seus comunicados, torna-se publico nos primeiros dias de julho, o chamado Serviço de Informação Publica das Forças Armadas procura atenuar a gravidade da situação decorrente do recrutamento da luta armada em várias regiões fazendo vitórias inexistentes. Informações de fonte nacionalista, entretanto, esclarecem que as tropas coloniais portuguesas sofreram importantes perdas no decurso de choques registrados na região da Serra da Mucaba e dos rios Zadi Antimba e Coji. O simples facto de nessas operações haverem participado unidades de fuzileiros navais em apoio das forças terrestres e aéreas dá-nos a medida do agravamento da situação militar, desmentindo a tese da pacificação.

Os elementos nacionalistas continuam também muito activos nas regiões de Vista Alegre, Mícula, Inga e Quipedro. Dois colonos ultra da chamada Organização Provincial de Voluntários, autêntica milícia terrorista, foram abatidos durante um encontro na serra da Uiga.

MORTOS EM EMBOSCADAS

Segundo comunicação do chefe do Departamento de Informação do MPLA, em 30 de Maio p.p. um grupo de sabotadores nacionalistas fez saltar uma ponte sobre o rio Lombe,

a qual estabelecia a ligação entre as vilas de Miconge e Belize, criando assim serios problemas logísticos às tropas salazaristas.

No mesmo sector de Miconge, um comando de guerrilheiros, segundo informação da mesma fonte, fez cair numa emboscada, na noite de 15 de Junho, uma patrulha portuguesa, da qual 15 membros pereceram, tendo os nacionalistas tomado importante material de guerra.

Deste modo, a guerra prossegue em Angola, sem que as forças nacionalistas dêem quartel às tropas de ocupação.

Moçambique

IMPORTANTES VISITAS E DECLARAÇÕES

Depois da visita oficial efetuada a Pequim pelo presidente e pelo secretário das Relações Exteriores da FRELIMO, respectivamente dr. Eduardo Mondlane e sr. Marcelino dos Santos, o vice-presidente da organização dos moçambicanos nacionalistas, sr. Uria Simango, visitou a Zambí (ex-Rodesia do Norte) onde manteve importantes conversações com o dr. Keneth Kaunda, primeiro ministro e chefe do Partido Unido da Independência Nacional. Após ter ascendido à autonomia em Janeiro p.p., a antiga Rodesia do Norte tornar-se-á independente em 24 de outubro do corrente ano, sendo esse facto de ex-

traordinária importância para o futuro da luta dos moçambicanos pela sua independência, dada a vizinhança dos respectivos territórios.

Pela mesma altura, o sr. Pascoal Mocumbi, secretário de Informação e Propaganda da FRELIMO, representou a Organização nas sessões comemorativas do 3.º aniversário da Revolução Angolana que se realizaram em Paris e Londres, promovidas respectivamente pela Associação para a Cooperação Franco-Africana e pelo Movimento para a Libertação das Colónias. O sr. Mocumbi, entre outras declarações disse o seguinte:

"Depois de termos analisado a longa experiência que temos do regime português no nosso país, e considerando a recusa sistemática de Portugal em reconhecer o direito do nosso povo à autodeterminação e à independência, estamos decididos a arrancar a nossa independência pelas armas (...). Nós não empreenderemos quaisquer negociações com Portugal sem que este tenha reconhecido o nosso direito inalienável à autodeterminação e à independência. Enquanto o nosso trabalho no Interior do País se desenvolve, preparamos quadros político-militares que saberão enquadrar as massas e realizar uma luta armada bem organizada (...). Não temos nada contra o povo português, que também é oprimido e sofre. O nosso inimigo é o imperialismo sob todas as suas formas (...). Muita gente de boa fé faz a seguinte pergunta: Como se explica que sendo Portugal um País minúsculo, atrasado e subdesenvolvido, consiga sustentar uma guerra colonial? Para nós a resposta é simples: Portugal não é senão um intermediário, a guerra colonial é sustentada pela NATO. São os membros da NATO que fornecem armas, dinheiro e até homens a Portugal".

NOVAS PRISÕES

Entre outras prisões recentemente efetuadas em Moçambique contam-se as seguintes: 50 em Zumbo, distrito de Tete; 5 em Espungabera; 25 na Beira; 2 em Vila Fontes, distrito de Manica e Sofala; 7 em Zavala, distrito de Inhambane; 70 em Kobué, distrito do Niassa.

Guine

56 MILITARES MORTOS

Durante o mês de Julho, tanto ao Norte como ao Sul da colónia foi intensa a actividade dos guerrilheiros nacionalistas. O PAIGC em comunicado distribuído em Dakar e Conakry informou que as suas forças combatentes mataram em Junho 56 militares portugueses, dois dos quais oficiais, e feriram quarenta.

Os Democratas Portugueses...

(Continuação da pág. 6) policiais aos democratas portugueses, indo desse modo ao encontro das aspirações do ditador que há 38 anos oprime a Nação Portuguesa. Tantos e tão valiosos foram, Dr. Julio de Mesquita, os serviços que durante anos prestou ao Povo de Portugal que nunca esperaríamos de V. Exa. o inimaginável editorial com que acaba de ofendê-lo.

Certos de que V. Exa. não deixará de publicar esta carta na mesma secção em que saiu o comentário que a motivou, apresentamos os nossos cumprimentos.

a) Pedroso de Lima

Leia

"Missão em Portugal" de Alvaro Lins
 "Brasil Fronteira de África", de Maria Archer
 "Íbéria, Anistia, Revolução" de Jonas Negalha
 "Salazar Visto do Brasil"
 "Angola Através dos Textos"
 "Os Últimos Dias do Fascismo Português", de Maria Archer
 "Quando os Lobos Julgam", (a defesa de Aquilino Ribeiro)
 "Tufão Sobre Portugal", Gen. Humberto Delgado
 "Guerra em Angola" Mario Moutinho de Pádua
 "A Resistência em Portugal", crónicas de Dias Coelho, patriota assassinado pela Pide.
PEDIDOS A NOSSA REDAÇÃO

SALAZAR NA IMPRENSA MUNDIAL

Delgado em Argel

"Convidado pelo presidente da República, o general Humberto Delgado, presidente da Frente Patriótica de Libertação Nacional de Portugal (F.P.L.N.), chegou sábado à tarde a Argel-Dar El Beida. Acolhido à sua descida do avião, por dois representantes da Presidência da República e pelos membros do bureau de Argel da F.P.L.N., assim como pela colónia portuguesa, o general Humberto Delgado anunciou que dará uma conferência de imprensa na próxima quinta-feira.

O general Delgado fez, entretanto, uma declaração na qual transmitiu as suas impressões quanto à sua chegada a Argel. Saudou calorosamente o povo argelino "que deu provas de bravura e tenacidade" e o presidente Ahmed Ben Bella, "o revolucionário e o africano que soube dizer: basta de exploração do homem pelo homem neste continente espezinhado pelos colonialistas".

(in "Alger Republicain, 28-6-64)

Boxer, Recife

"Ontem, pelas 11 horas da manhã, como primeira manifestação ulterior à sua chegada à Argélia, o General Humberto Delgado foi ao cemitério de El Alia para prestar homenagem aos mártires da Revolução argelina. O general Delgado, acompanhado pelos outros membros do bureau de Argel da F.P.L.N., depôs, diante dos túmulos de Didouche Mourad e Larbi Ben M'Nidi, uma coroa de flores com a seguinte inscrição: "Aos mártires da Revolução argelina, homenagem da Frente Patriótica de Libertação Nacional de Portugal" — General Humberto Delgado, 28 de junho de 1964; e ainda um ramo de cravos especialmente enviado pelos membros da colónia portuguesa de Mragra".

(in "Alger Republicain", 29-6-64)

Pombal e Salazar

A declaração oficial de que o Brasil, fiel às suas tradições, pretende agora aproximar-se cada vez mais de Portugal, no espírito dos tratados concluídos ao tempo do sr. Juscelino Kubitschek, só pode ter um sentido: apoio à política colonial de Portugal na África. Para examinar esta política existem vários caminhos. Um deles seria a viagem no espaço, de São Paulo para São Paulo de Luanda. Mas nas chamadas "províncias ultramarinas" só entram, como se sabe, repórteres subornados e senadores banqueteados, ao passo que a uma comissão de juristas brasileiros foi negado o visto português. Não podemos viajar no espaço, viajaremos no tempo: ao país colonial do passado. Para examinar a velha tese da tolerância racial dos colonizadores portugueses, que contrastaria tão favoravelmente com a intolerância anglo-saxónica.

Essa tese tem, como se sabe, o apoio do mestre Gilberto Freyre, que também acaba de apoiar certas outras teses; e aquela já o levou para os laboratórios da luso-tropicologia. Usaremos como fio de Ariadne para orientar-nos nesses labirintos, um livro novo, documentadíssimo, *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825*, que o professor C. R. Boxer publica pela Oxford University Press.

Não é possível, evidentemente, resumir neste breve comentário os resultados das pesquisas do professor Boxer. Mas convém citar antes de tudo, uma frase que poderia servir de epigrafe dessa história inteira: é de autoria de Dr. Francisco de Sousa Coutinho, governador de Angola, e afirma que "a pele branca garante a pureza da alma".

Dos fatos desenterrados pelo professor Boxer escolheremos só um, relativo a localidade vizinha da residência do mestre citado: os carmelitas de Olinda vedaram, em 1686, a entrada de homens de cor em seu convento; e a Ordem Terceira de São Francisco, da mesma cidade, não admitia mulatos. Já sabíamos, aliás, pelos livros do cônego Raimundo Trindade, da luta das irmandades de Vila Rica de Ouro Preto contra os homens de cor. Houve, nas colónias portuguesas, por um lado a escravidão, e, por outro lado, quanto aos libertos, a mesma situação que reinava atualmente no Sul dos Estados Unidos antes da Lei dos Direitos Civis. Isto é: discriminação racial à maneira anglo-saxónica.

Quanto à escravidão não podemos, aliás, deixar de citar a atitude típica de um espírito tão grande como o padre António Vieira: esse lutador infatigável contra a escravidão dos índios só recomendou a resignação cristã aos escravos pretos embora comparando a sorte deles, no célebre Sermão XIV do Rosário, às penas do Inferno. E essas penas do Inferno existem até hoje em Moçambique e Angola, que depois de 500 anos de colonização portuguesa ainda não estão cristianizados nem alfabetizados nem civilizados.

Mas os portugueses, ligando-se livre e generosamente às mulheres pretas, não teriam fundado novas raças e novos impérios? Observa bem o professor Boxer que "o concubinato não significa ausência de preconceito racial". Com efeito, é possível satisfazer aos desejos de mulheres sem satisfazer aos desejos dos povos e a liberdade não é um problema sexual.

Assim como existe uma "lenda negra", caluniando a colonização dos espanhóis na América, assim existe uma "lenda branca", glorificando a dos portugueses. No entanto, há nessa "lenda branca" um grão de verdade, embora não se trate de uma tradição e, sim, de um episódio: é o édito de Pombal, em 1761, contra a discriminação racial: fruto da ilustração do século XVIII que em Portugal salazarista de hoje é condenada como impia e subversiva. Da política de Pombal sobrevive hoje apenas o autoritarismo despótico. E desse modo nossa viagem para a glória do passado tem como ponto final a miséria do presente.

OTTO MARIA CARPEAUX
 (In "Correio da Manhã", R. Janeiro, 15-7-64).

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
 Otávio Martins de Moura

SUCURSAL
 RIO DE JANEIRO: Rua General Pomba, 215 — Tel. 43-0202

REPRESENTANTES
 RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real Sa Torre,, 819 - 1.º

CURITIBA: A. Ferrer — Rua João Pessoa, 67

LONDRINA: Julio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141

PORTO ALEGRE: Carlos Noronha Feio — R. Dr. Flores, 26 — Rio Grande do Sul

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas — R. Grande do Sul

SALVADOR: Américo Carvalho — Av. Sete, n.º 1 — Edifício Sulacap, 215 — Salvador (Bahia)

INGLATERRA: Grupo de Portugueses Democratas da Inglaterra (GPDI) 4, Sherwood Gardens, Barking, Essex.

HOLANDA:
 ANGOLA COMITE — Vinkensstraat - 13 — Amsterdam - C

CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association — 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontário — Canadá

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

ARGENTINA — Manuel Lopes — Benito Perez Galdos, 222 — Buenos Aires

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo, n.º 2.128, Distrito 5 — Montevideo

CHECOSLOVÁQUIA: João Ribeiro — Postovní Ura — Jindisská, 15 — Schránká 646 — Praha

REDAÇÃO
 Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Tel.: 37-0933 — São Paulo.

EXPEDIENTE
 Dias úteis: das 19 às 22 horas
 sábados: das 15 às 19 horas
 Número avulso: Cr\$ 30,00
 Assinatura anual: Cr\$ 1.000,00
 Ass. p/ o Exterior: US\$ 10,00

Ano IX - N.º 85 - Agosto 64

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

Plebiscito e Eleições

(Continuação da pág. 4)

chegar. Com efeito, dificilmente se poderá sustentar que as condições existentes tornem possível a real mobilização das massas através de acções exclusivamente violentas, exigindo da parte delas, indiscriminadamente, a mesma politização e capacidade de sacrifício de que, sem dúvida, dá hoje provas uma restrita vanguarda de patriotas.

Desde Junho e Julho de 1958 não voltaram a ter lugar greves políticas no nosso País. As guerras coloniais não alcançaram ainda o ponto de desgaste económico não compensado e de desmoralização que porventura estão destinadas a atingir (não sendo o fascismo derrubado entretanto). As contradições económicas do fascismo-colonialismo estão em grande parte a ser atenuadas pelos expedientes político-financeiros de que o Governo dispõe dentro e fóra das fronteiras. Portugal, embora no Sul da Europa, não se encontra (nem poderá encontrar-se) na mesma latitude política da parte meridional do Vietnam.

Quem afirmar e quem pensar não afirmando que o derrubamento do fascismo português poderá verificar-se pela calada da madrugada, por obra e graça de um punhado de super-corajosos e super-armados patriotas, enquanto o povo se encontra dormindo, no desconhecimento de que está a amanhecer o dia radioso da sua libertação, pode dar-se ao luxo de não proceder à análise da situação política sobre que deseja agir. Mas não todos os outros. Estes só poderão concluir que a possibilidade de solução (violenta) do problema político português reside, precisamente, na mobilização de grandes massas populares para a luta contra o fascismo, capazes de defrontarem-se com as forças da repressão e de apoiarem activamente, quer material quer moralmente, os quadros políticos anti-fascistas que presidirão à solução.

Não me parece uma forma adequada de pôr o problema do lugar que as acções inicialmente pacíficas devem desempenhar neste ininterrupto processo de mobilização popular o dizer-se, por exemplo, que os meios legais e semi-legais de luta, apesar de continuarem a oferecer formas úteis defensivas e ofensivas de mobilização popular na luta contra o poder fascista, mostraram já, através de longa e inequívoca experiência, que não podem, só por si, conduzir à destruição do Estado fascista e à instauração do Estado democrático. Posta a questão neste pé, a única conclusão coerente a extrair-se será a de que aqueles meios legais e semi-legais de luta devem ser considerados como uma espécie de parque de diversões, reservado para crianças e hemiplégicos políticos.

O primeiro e principal erro é considerar estáticamente compartimentadas e antagónicas as formas pacíficas e as formas violentas da luta,

em lugar de compreender que a possibilidade das últimas serem válidamente praticadas depende da mobilização popular em torno da prática das primeiras.

O que se torna necessário é a articulação de umas e outras acções, por forma a que as acções violentas possam ser geradas pelas acções pacíficas e de massas, no decurso dessas mesmas acções, que, assim, adquirirão uma nova natureza. Para que isso suceda, é preciso, de facto, uma organização de quadros, incrustados nos movimentos de massas mas organicamente incomunicável com eles. É também preciso que esses quadros se possam rapidamente armar ou se encontrem já devidamente armados e não se pode partir do princípio de que o armamento de que eles carecem está nos quartéis. Mas devemos lembrar de todas as armas que ao longo de vários anos têm sido inglôriamente afogadas no mar ou sepultadas em terras e quintais, para nos convermos de que elas para nada servem na luta contra o fascismo, quando apenas se pode contar com aqueles que as empunham.

A actual e inegável desmobilização popular em face das formas inicialmente pacíficas da luta e o impasse (perfeitamente natural) em que se encontram os quadros que defendem a errada exclusividade das formas violentas da luta sem as conseguirem levar à prática, têm de ser superados quanto antes. Os quadros precisam de organizar-se devidamente orientados para as acções violentas de defesa das massas ou mesmo ofensivas, mas integradas igualmente nas acções de massas. E estas precisam de ser mobilizadas para acções inicialmente pacíficas e de ampla repercussão nacional.

A política colonial do governo fascista e a própria existência deste são os problemas que mais intensamente podem tocar grandes camadas da população portuguesa.

Penso que este último semestre do ano de 1964 deve ser aproveitado para a reivindicação, por todas as formas de luta, de um plebiscito sobre a política prosseguida nas colónias pelo governo de Salazar; e que, a contar do princípio do próximo ano, deverão ter início os trabalhos preparatórios da concorrência até às urnas e em todos os círculos eleitorais nas eleições legislativas do último trimestre de 1965. Lembremos de que, em oito eleições gerais, nunca os democratas portugueses se dispuseram a disputar, nestes termos e devidamente organizados, uma única dessas eleições. Isso nos fará reconhecer que a nossa experiência política é, no fundo, menor do que aquela que muitas vezes julgamos ter; e, ao mesmo tempo, levar-nos-á a adquirir a consciência de que, se apenas a experiência nos pode mostrar a justiça das nossas idéias, o erro mais condenável que podemos cometer é o de renunciar à acção pela negação dogmática da sua validade.

Proclamação de Delgado ao Povo Português

Dias após a sua chegada a Argel, o general Humberto Delgado, presidente da Junta Revolucionária Portuguesa, dirigiu a seguinte proclamação ao povo português:

PORTUGUESES!

Possivelmente com alguns erros, voluntários uns, involuntários outros, o Governo e a PIDE ter-vos-ão dito que eu passei longo tempo na Tchecoslováquia. É verdade. Estive hospitalizado cinco meses no Statni Sanktorium de Praga, destinado aos altos funcionários do Governo e do Partido. Desse cinco meses, três passei deitado, o que é suficiente para demonstrar a gravidade das operações a que fui submetido em emergência quando, do Brasil, me dirigia para a Argélia.

Minha vida, tantos dias em perigo, retoma agora seu curso em franca convalescença. Escapei. Estou vivo e mais vivo ainda a Portugal voltarei, fortalecido pelo mar deste belo país que é a Argélia Democrática Popular.

PORTUGUESES! COMPANHEIROS DE LUTA

Há cinco anos, para salvar a vida, abandonei o país, mas ainda assim só depois de falhadas três revoltas que preparamos com hora e dia marcados. Posso lembrar-vos: 3 de junho de 1958, 19 de dezembro de 1958 e 12 de março de 1959. Significa isto que honrei o compromisso que vosco selei durante a campanha de 1958. Como me recordei! Como fostes dignos, todos vós, HOMENS, MULHERES, até as CRIANÇAS, pela resis-

tência e bravura diante da polícia! Como fostes dignos, repito, de pertencerdes àquele Portugal Maior que eu anseio e todos nós ansiamos! Esse Portugal Maior que quer implantar nesse querido torrão que é a Pátria, uma Era Nova em que nenhuma criança chore por falta de pão ou por ter frio! Uma Era Nova em que todos hajam direito ao trabalho! Uma Era Nova em que o homem não explorará o homem! Uma Era Nova em que a Terra deixará de ser o cemitério do pobre que a amanha.

Sabeis como o Dr. Salazar, a PIDE, a sua imprensa e a sua rádio, apodam de comunistas, e ademais em sentido pejorativo, todos os que não se deixam enfeudar à doutrina do "crê ou morres". Felizmente aumenta dia a dia o número de pessoas a quem não importa lhe apliquem aquele adjetivo, ainda quando não são comunistas. Aliás só um país mentalmente embrutecido pensaria que era possível hoje ignorar que um terço do mundo é sensivelmente comunista e uma outra grande parte dele, em plena Europa, cultiva o socialismo em algumas das suas modalidades moderadas.

MEUS COMPANHEIROS E AMIGOS!

Falo-vos depois de abandonar o duro exílio do Brasil! Estou mais perto de Portugal e portanto em melhores condições de preparar a revolta à mão armada, a revolta violenta, a revolta esmagadora que incendiará de lés-a-lés a alma desse POVO tão bom e tão explorado! POVO que, com ou sem armas, apoiando-se naqueles elementos das forças armadas que conosco conspiram, há de, e de uma vez para sempre, libertar a Pátria do hediondo fascismo.

PORTUGUESES!

Falo-vos mal chegado às paragens da África. Realmente há apenas uma semana aqui desembarquei entre os cumprimentos das autoridades e os abraços dos portugueses. Político sério e austero, não quero dizer-vos palavras no ar, promessas balofoas, quando ainda nem sequer tive tempo de tomar contactos políticos adequados. No entanto, basta a nova localização das minhas actividades e a maior proximidade de Portugal para sentirdes que o meu coração, a minha energia e a minha capacidade de homem de acção, breve me permitirão passar novamente a fronteira tal como no fim do ano de 1961, na antevéspera da revolta de Beja.

Em milhares de selos com a minha fotografia eu dizia "EU VOLTAREI". Homem de palavra, voltei. PORTUGUESES: Repito agora: VOLTAREI! VOLTAREI! VOLTAREI! Para ganhar, não para perder.

VOLTAREI VOLTAREI! VOLTAREI! Até breve Portugueses.

VIVA PORTUGAL!

VIVA A LIBERDADE!

VIVA A II.ª REPÚBLICA!

General HUBERTO DELGADO

Ultima Hora

Guiné: Salazar Mata Portugueses

BISSAU (Do correspondente) — Reina nesta cidade desde os primeiros dias de Julho um clima de profunda revolta tanto entre os colonos como entre os milhares de militares aqui aquartelados. O facto deve-se ao bombardeamento de que, por engano, foi vítima uma unidade de fuzileiros navais quando se encontrava em operações no sul da colónia. O ambiente, que semanas atrás era de desorientação e abatimento, em face da comprovada impossibilidade de derrotar militarmente os guerrilheiros do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, evoluiu para uma generalizada indignação. Quando chegaram a esta capital os primeiros rumores de que um aparelho da força aérea bombardeara e metralhara um objectivo ocupado por elementos da Marinha, a reacção foi de incredulidade. Mais tarde, porém, começaram a chegar vários feridos e comentários revoltados passaram a ouvir-se nas ruas e nos quartéis. Posteriormente, o próprio Serviço de Informação Pública das Forças Armadas viu-se forçado a divulgar um comunicado extraordinário noticiando aquilo que denomina "um lapso". Segundo os numeros trazidos a público foram mortos durante o bombardeamento o segundo sargento José Manuel Varela Calão, o segundo grumete João Inácio do Carmo e grumete José da Silva Nunes, todos eles fuzileiros especiais.

Foram tomadas providências especiais em todas as unidades navais em serviço na colónia com receio de represálias contra elementos da aeronáutica. A atmosfera de revolta nos quartéis do Exército não é menor. As autoridades, a principiar pelo governador fascista Schults, mostram-se completamente desorientadas.

Severas Penas no Processo de Beja

No momento em que fechamos esta edição de "Portugal Democrático" chega-nos a notícia de que o Tribunal fascista onde estavam sendo julgados os implicados no Processo de Beja acaba de proferir as sentenças.

Por não dispormos ainda de informações dos nossos correspondentes em Lisboa, transcrevemos abaixo o texto de um telegrama distribuído pela Agência "United Press" no dia 29 de julho, aos jornais brasileiros: "Por sua participação na tentativa de ocupação do quartel militar de Beja, em 1962, Manuel Serra foi condenado a dez anos de prisão.

João Maria Paulo Varela Gomes, outro ex-oficial do exército, foi condenado a seis anos de prisão, e outros 63 implicados receberam sentenças menores.

Causa Revolta o Desastre do Porto

PORTO (Do Correspondente) — Apesar de todas as instruções dadas a censura para proibir críticas veementes em torno das circunstâncias em que se verificou a grande catástrofe ferroviária do dia 26 de Julho, na Povoia do Varzim, na qual pereceram 104 pessoas, aumenta cada dia a vaga de indignação popular contra o Governo, a quem é atribuída a responsabilidade total pelo desastre — o maior no genero até hoje registado em Portugal.

O simples facto de mais de cem pessoas viajarem de pé no primeiro vagão que descarrilou e cuja capacidade não ia além de setenta passageiros, revela os extremos atingidos pela incuria das autoridades. O mau estado dos rails e das travessas também não pode ser escondido do público que não esquece o acidente há anos verificado com o rápido do Algarve, no Baixo Alentejo, resultante do desgaste do material. Tudo se conjuga, enfim, para aumentar a revolta do povo diante dos acontecimentos, a principiar pelo silêncio oficial no que se refere às eventuais indenizações a conceder às famílias. Cabe recordar que semanas antes da catástrofe, os tribunais salazaristas isentaram a Sociedade Estoril da obrigação de pagar indemnizações aos sinistrados (e famílias) no desastre ocorrido em maio de 1963, quando a cobertura metálica da estação do Cais do Sodré desabou sobre centenas de pessoas que saíam de um comboio.

Todos foram acusados de rebelião armada e assalto, porém absolvidos da acusação de comunismo ou de haver atuado sob a direção de comunistas.

Serra, que havia sido condenado anteriormente por sua participação em conspirações anti-governamentais, fugiu do país, mas em seguida voltou como chefe do movimento que realizou o assalto contra os quartéis de Beja.

Serra foi oficial da Marinha Mercante e Gomes era capitão do exército no momento da acção, durante a qual morreu o sub-secretário do Exército, Jaime da Fonseca.

No principal grupo de conspiradores figuraram ainda Francisco Antonio Vasconcelos Pestana, que foi condenado a três anos e oito meses de prisão; Alexandre Hipólito dos Santos, a três anos e meio e Manuel Pedroso Alves Marques, a três anos.

Maria Eugénia de Menezes, esposa de Varela Gomes, foi condenada a 17 meses de prisão, por sua participação na conjura.

Por outro lado, segundo outro telegrama da Agência "Associated Press", expedido de Lisboa no dia 30 de Julho, três dos quatro asilados que ainda se encontravam na Embaixada do Brasil — a medica Ligia Monteiro, a enfermeira Rosa Esteves e o advogado Francisco Veloso — renunciaram ao asilo, deixando a Embaixada onde se haviam refugiado em Janeiro de 62, após o malogrado levante de Beja. Apenas Manuel Alves Marques, oficial do Exército, condenado pelo Tribunal a 3 anos de prisão, permanece ainda sob a proteção da missão diplomática brasileira.

PORTUGAL, DEMOCRÁTICO
R. Cons. Furtado, 191, — SP, Brasil
Endereços de Assinantes

Pronunciamento de Militares Patriotas

Cinco jovens que serviram no Exército colonialista português e desertaram das suas fileiras para se unirem às forças democráticas que lutam pela libertação de Portugal, tornaram pública a mensagem que abaixo publicamos:

"No dia consagrado pelos jovens de todo o mundo à luta anti-colonialista, jovens portugueses da F.P.L.N. enviaram a seguinte mensagem:

"No dia 24 de Abril, dia que a juventude de todo o mundo consagra à luta anti-colonialista, nós, desertores do exército colonialista português declaramos-nos solidários com todos os jovens do mundo e particularmente com os jovens que lutam pelo seu direito à liberdade nacional, à independência nacional.

Porque em Angola e na Guiné fomos soldados de um exército fascista e colonialista que combatia povos que legitimamente lutavam pela sua independência, nós vimos pela lição da nossa própria experiência, revelar-se a face brutal do colonialismo.

Testemunhamos a vida miserável dos povos coloniais, a rude exploração económica a que estão submetidos, a discriminação racial, o egoísmo e a insensibilidade moral dos colonos, o progressivo embrutecimento dos soldados, o massacre de populações indefesas, a tortura dos prisioneiros, o assassinato frio dos militantes nacionalistas.

E compreendemos que testemunhar sem reagir à opressão e à violência do colonialismo, representava sermos seus cúmplices, sermos também, inevitavelmente, seus agentes. Soldados e oficiais de um exército fascista e colonialista, eramos todos peças de uma máquina que triturando vontades, executava a sua tarefa cruel: esmagar a revolta legítima dos povos coloniais.

Por isso desertamos. Recusamos a obedecer. Não quisemos simplesmente testemunhar.

Nós vinhamos de uma patria onde também o povo é explorado e oprimido; onde também não tinhamos paz e liberdade; onde os combatentes da liberdade também são presos, torturados e mortos.

Nós conhecíamos já a face do fascismo no nosso país. Mas a aliança do fascismo e do colonialismo, a simultaneidade do poder tirânico e da opressão colonial, foram para nós uma nova experiência. Nas terras ensanguentadas de Angola e da Guiné vimos unidades militares protegerem as explorações agrícolas e mineiras, os estabelecimentos industriais e as centrais electricas das grandes empresas, os negocios e os haveres dos colonos ricos. Em Angola e na Guiné, nós compreendemos melhor que os mesmos homens e os mesmos interesses, as mesmas grandes companhias nacionais, os mesmos bancos, e os mesmos trusts estrangeiros, mantêm na nossa terra o fascismo e submetem os povos coloniais a uma terrível exploração. Compreendemos que a guerra em Angola e na Guiné é uma guerra injusta. E compreendemos que é uma guerra ao serviço dos exploradores e opressores do nosso proprio povo.

Compreendemos assim que os povos de Angola e da Guiné e o povo de Portugal têm um inimigo comum. Compreendemos que as suas lutas são solidárias.

É pois, com profunda sinceridade e perfeita consciência das razões que nos levaram a desertar que dirigimos o nosso apelo aos jovens portugueses, operários ou camponeses, estudantes ou empregados, para que se oponham à guerra colonial por todos os meios, em todas as circunstâncias, no quartel e ao receberem ordem de embarcar, nos locais de estacionamento e nas zonas de operações, organizando-se e agindo, desobedecendo, resistindo, desertando, revoltando-se. Imediatamente devem ser organizadas acções contra a máquina de guerra fascista e colonialista.

Os jovens de Portugal, o Povo Português não podem fazer a guerra contra os povos de Angola, da Guiné e de Moçambique.

Dirigimos aos nossos camaradas do Exército, da Aviação e da Marinha um apelo emocionado e fraternal: desertai, revoltai-vos!

O colonialismo tem os seus dias contados. O fascismo tem os seus dias contados.

O colonialismo e o fascismo serão vencidos!"

O documento é assinado por: Mario Moutinho de Pádua e José Moura Marques, desertores de Angola; e José Augusto Pimenta, Fernando Fontes e Manuel José Fernandes Vaz, desertores da Guiné.



Os tempos mudaram. Há três anos, Salazar mandava a PIDE organizar nas ruas de Lisboa manifestações anti-americanas com cartazes insultuosos ao presidente Kennedy. Hoje, no momento em que o fanteche Americano Tomaz visita Moçambique, o fascismo português entrega o porto da Beira às forças navais dos Estados Unidos no Oceano Indico.